

Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de dezembro de 2015

*Fevereiro de 2016
Este relatório contém 74 páginas*

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	
Demonstrações financeiras consolidadas	
Demonstração dos resultados	4
Demonstração do rendimento integral	5
Balanço	6
Demonstração das alterações no capital próprio	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
II	
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	
II.1	
Políticas contabilísticas	9
II.2	
Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	20
II.3	
Segmentos de negócio	22
II.4	
Notas à demonstração dos resultados consolidados	
Nota 1	24
Nota 2	25
Nota 3	25
Nota 4	26
Nota 5	27
Nota 6	27
Nota 7	27
Nota 8	28
Nota 9	28
Nota 10	29
Nota 11	29
Nota 12	29
Nota 13	30
II.5	
Notas ao balanço consolidado	
Nota 14	31
Nota 15	31
Nota 16	32
Nota 17	33
Nota 18	33
Nota 19	34
Nota 20	35
Nota 21	35
Nota 22	36
Nota 23	38

	<u>Pág.</u>
Nota 24	Benefícios a empregados 39
Nota 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações 43
Nota 26	Impostos correntes e Impostos diferidos 44
Nota 27	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento 46
Nota 28	Outros passivos financeiros 46
Nota 29	Outros credores por operações de seguros e outras operações 46
Nota 30	Outras provisões 47
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado
Nota 31	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas 47
II.7	Informação adicional por Segmentos operacionais
Nota 32	Conta técnica Vida por produto 50
II.8	Outras notas
Nota 33	Transações com partes relacionadas 51
Nota 34	Ativos sob gestão 52
Nota 35	Gestão de riscos 53
Nota 36	Justo valor 67
Nota 37	Passivos contingentes e compromissos 68
Nota 38	Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. 69
Nota 39	Normas contabilísticas recentemente emitidas 70
III	Inventário de títulos
IV	Relatório dos auditores

I Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos resultados consolidados

	Notas	2015			2014				Eur
		Vida	Não técnica	Total	Vida	Não vida	Não técnica	Total	
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1	933.704.126	-	933.704.126	803.548.098	107.743.044	-	911.291.142	
Prêmios brutos emitidos		959.455.924	-	959.455.924	826.576.219	135.950.569	-	962.526.788	
Prêmios de resseguro cedido		(25.751.798)	-	(25.751.798)	(23.028.121)	(21.926.419)	-	(44.954.540)	
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		-	-	-	-	(7.497.144)	-	(7.497.144)	
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	-	-	-	1.216.038	-	1.216.038	
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	28.633.512	-	28.633.512	34.970.959	-	-	34.970.959	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(819.694.468)	-	(819.694.468)	(853.752.643)	(75.513.259)	-	(929.265.902)	
Montantes pagos		(821.933.282)	-	(821.933.282)	(859.043.505)	(73.690.048)	-	(932.733.553)	
Montantes brutos		(837.444.322)	-	(837.444.322)	(873.380.947)	(79.735.191)	-	(953.116.138)	
Parte dos resseguradores		15.511.040	-	15.511.040	14.337.442	6.045.143	-	20.382.585	
Provisão para sinistros (variação)		2.238.814	-	2.238.814	5.290.862	(1.823.211)	-	3.467.651	
Montantes brutos		695.269	-	695.269	3.140.770	(968.788)	-	2.171.982	
Parte dos resseguradores		1.543.545	-	1.543.545	2.150.092	(854.423)	-	1.295.669	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-	-	-	-	296.899	-	296.899	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	(84.956.920)	-	(84.956.920)	68.307.270	-	-	68.307.270	
Montante bruto		(85.101.447)	-	(85.101.447)	68.221.006	-	-	68.221.006	
Parte dos resseguradores		144.527	-	144.527	86.264	-	-	86.264	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(35.078.463)	-	(35.078.463)	(17.754.585)	(175.325)	-	(17.929.910)	
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(63.336.279)	-	(63.336.279)	(63.232.868)	(23.200.241)	-	(86.433.109)	
Custos de aquisição		(56.591.316)	-	(56.591.316)	(55.383.677)	(18.721.950)	-	(74.105.627)	
Custos de aquisição diferidos (variação)		-	-	-	-	790.660	-	790.660	
Gastos administrativos		(15.977.322)	-	(15.977.322)	(15.864.723)	(11.504.661)	-	(27.369.384)	
Comissões e participação nos resultados de resseguro		9.232.359	-	9.232.359	8.015.532	6.235.710	-	14.251.242	
Rendimentos	6	116.725.187	3.909.635	120.634.822	135.027.298	2.446.675	6.726.900	144.200.873	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		116.725.187	3.909.635	120.634.822	135.027.298	2.446.675	6.726.900	144.200.873	
Gastos financeiros	7	(11.827.475)	(255.206)	(12.082.681)	(12.662.499)	(398.201)	(335.038)	(13.395.738)	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(11.827.475)	(255.206)	(12.082.681)	(12.662.499)	(398.201)	(335.038)	(13.395.738)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	8	22.760.658	(13.173.405)	9.587.253	9.557.248	(101.079)	17.152.089	26.608.258	
De ativos disponíveis para venda		22.758.899	(13.206.480)	9.552.419	11.256.106	(101.079)	10.998.969	22.153.996	
De investimentos a deter até à maturidade		1.759	22.650	24.409	(1.698.858)	-	(20.815)	(1.719.673)	
Outros		-	10.425	10.425	-	-	6.173.935	6.173.935	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	9	(5.909)	119.333	113.424	322.279	40.268	4.866	367.413	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		19.854.444	-	19.854.444	85.340.887	-	-	85.340.887	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(19.860.353)	119.333	(19.741.020)	(85.018.608)	40.268	4.866	(84.973.474)	
Diferenças de câmbio	10	(614.420)	-	(614.420)	(158.916)	-	-	(158.916)	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(989.978)	(20.988.396)	(21.978.374)	(30.543.341)	-	(410.412)	(30.953.753)	
De ativos disponíveis para venda		(989.978)	(20.953.736)	(21.943.714)	(16.575.100)	-	-	(16.575.100)	
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	(13.968.241)	-	(167.988)	(14.136.229)	
De outros		-	(34.660)	(34.660)	-	-	(242.424)	(242.424)	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(18.254.659)	-	(18.254.659)	(20.746.974)	97.506	-	(20.649.468)	
Outras provisões (variação)	11	-	(932.019)	(932.019)	-	-	-	-	
Outros rendimentos/gastos	12	-	(7.924.347)	(7.924.347)	-	-	(680.143)	(680.143)	
Resultado líquido antes de impostos		67.064.912	(39.244.405)	27.820.507	52.881.326	11.236.287	22.458.262	86.575.875	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	26	-	(21.505.576)	(21.505.576)	-	-	(29.640.771)	(29.640.771)	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	26	-	11.845.238	11.845.238	-	-	4.554.017	4.554.017	
Resultado líquido do exercício		67.064.912	(48.904.743)	18.160.169	52.881.326	11.236.287	(2.628.492)	61.489.121	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral consolidado

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	(3.727.506)	221.475.853
Impostos correntes e diferidos	9.332.319	(61.939.879)
Impacto da transação Não Vida	-	(6.173.935)
	<u>5.604.813</u>	<u>153.362.039</u>
Participação nos resultados a atribuir ("shadow"), bruto	(11.319.041)	(100.961.910)
Impostos correntes	3.339.117	29.723.556
	<u>(7.979.924)</u>	<u>(71.238.354)</u>
	<u>(2.375.111)</u>	<u>82.123.685</u>
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	326.607	(1.573.867)
Impacto da transação Não Vida	-	6.162.628
	<u>326.607</u>	<u>4.588.761</u>
Total do outro rendimento integral	<u>(2.048.504)</u>	<u>86.712.446</u>
Resultado líquido do exercício		
Resultado líquido do exercício	18.160.169	55.315.186
	-	6.173.935
	<u>18.160.169</u>	<u>61.489.121</u>
Total de rendimento integral do ano	<u>16.111.665</u>	<u>148.201.567</u>

Balanço consolidado

			<i>Eur</i>
	Notas	2015	2014
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	193.466.192	127.968.084
Ativos financeiros detidos para negociação	15	78.770.073	155.418.929
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	4.765.751.172	4.802.041.400
Ativos disponíveis para venda	17	4.478.465.531	4.346.823.058
Empréstimos e contas a receber	18	350.109.822	497.141.340
Outros depósitos		350.109.822	497.141.340
Investimentos a deter até à maturidade	19	461.904.704	541.018.989
Terrenos e edifícios	20	3.065.755	3.244.849
Outros ativos tangíveis	21	2.376.387	1.755.021
Inventários		-	-
Goodwill	22	247.487.477	247.487.477
Outros ativos intangíveis	22	128.882.795	148.130.093
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	5.244.922	3.556.850
Provisão matemática do ramo vida		1.071.899	927.372
Provisão para sinistros		4.173.023	2.629.478
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	6.591.847	35.908.082
Contas a receber por operações de seguro direto		4.561.993	10.182.314
Contas a receber por outras operações de resseguro		334.622	29.995
Contas a receber por outras operações		1.695.232	25.695.773
Ativos por impostos	26	65.539.744	34.982.545
Ativos por impostos (e taxas) correntes		51.356.057	24.728.015
Ativos por impostos diferidos		14.183.687	10.254.530
Acréscimos e diferimentos		72.562	60.620
		10.787.728.983	10.945.537.337
Provisões técnicas	23	4.491.716.871	4.366.626.125
Provisão para prémios não adquiridos		-	-
Provisão matemática do ramo vida		4.290.733.256	4.179.479.945
Provisão para sinistros		52.667.005	53.362.531
De vida		52.667.005	53.362.531
Provisão para participação nos resultados		148.316.610	133.783.649
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações concelhadas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27	5.240.076.345	5.463.646.785
Outros passivos financeiros	28	128.447.203	127.493.160
Passivos subordinados		120.000.000	120.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores		8.447.203	7.493.160
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	2.056.017	2.285.092
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29	77.838.615	73.590.793
Contas a pagar por operações de seguro direto		12.758.593	12.627.169
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.499.852	2.559.319
Contas a pagar por outras operações		63.580.170	58.404.305
Passivos por impostos e taxas	26	45.716.535	66.828.820
Passivos por impostos (e taxas) correntes		9.317.426	24.805.801
Passivos por impostos diferidos		36.399.109	42.023.019
Acréscimos e diferimentos		2.469.266	2.727.334
Outras Provisões	30	5.006.364	4.049.126
Total passivo		9.993.327.216	10.107.247.235
Capital		775.002.375	775.002.375
Reservas de reavaliação		38.281.741	53.328.288
Reserva por impostos diferidos e correntes		(31.549.298)	(44.220.734)
Outras reservas		32.620.083	15.424.968
Resultados transitados		(38.113.303)	(22.733.916)
Resultado do exercício		18.160.169	61.489.121
Total capital próprio	31	794.401.767	838.290.102
Total passivo e capital próprio		10.787.728.983	10.945.537.337
Resultados por ação		0,1	0,4

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado

	Eur							
		Reservas de reavaliação						
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Balanço a 31 de dezembro 2013	1.000.002.375	(58.598.994)	(14.417.137)	(73.016.131)	(1.220.355)	434.543.043	82.895.627	1.443.204.559
Transferência de resultados	-	-	-	-	12.056.562	70.839.065	(82.895.627)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	221.475.853	(61.939.879)	159.535.974	-	-	-	159.535.974
Participação nos resultados a atribuir	-	(100.961.910)	29.723.556	(71.238.354)	-	-	-	(71.238.354)
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(1.573.867)	-	-	(1.573.867)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(345.000.000)	-	(345.000.000)
Redução de capital	(225.000.000)	-	-	-	-	-	-	(225.000.000)
Impacto da transação Não Vida	-	(8.586.661)	2.412.726	(6.173.935)	6.162.628	(183.116.024)	6.173.935	(176.953.396)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	55.315.186	55.315.186
Balanço a 31 de dezembro 2014	775.002.375	53.328.288	(44.220.734)	9.107.554	15.424.968	(22.733.916)	61.489.121	838.290.102
Transferência de resultados	-	-	-	-	16.868.508	44.620.613	(61.489.121)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(3.727.506)	9.332.319	5.604.813	-	-	-	5.604.813
Participação nos resultados a atribuir	-	(11.319.041)	3.339.117	(7.979.924)	-	-	-	(7.979.924)
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	326.607	-	-	326.607
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(60.000.000)	-	(60.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	18.160.169	18.160.169
Balanço a 31 de dezembro 2015	775.002.375	38.281.741	(31.549.298)	6.732.443	32.620.083	(38.113.303)	18.160.169	794.401.767

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

	Eur	
	2015	2014
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Resultado líquido do exercício	18.160.169	61.489.121
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	20.619.917	22.557.083
Variação nas provisões técnicas	125.090.746	(104.849.576)
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(223.570.440)	(153.129.238)
Variação de provisões	957.238	(3.682.710)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(1.688.072)	15.670.527
Imparidade de ativos disponíveis para venda	21.943.714	16.575.100
Imparidade de ativos a deter até à maturidade	-	14.136.229
Imparidade de outros ativos	34.660	242.424
Variação nos impostos ativos / passivos	(51.669.484)	4.446.977
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	76.648.856	33.955.566
Empréstimos concedidos e contas a receber	147.031.518	(24.942.645)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	29.281.575	(9.668.087)
Outros ativos e passivos	(172.479)	(10.481.581)
Empréstimos subordinados	-	120.000.000
Outros passivos financeiros	954.043	(6.808.900)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.247.822	(115.684.318)
	167.869.783	(140.174.028)
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i>		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	36.290.228	270.799.351
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(155.961.298)	349.702.182
Variações nos investimentos a deter até à maturidade	79.114.285	67.889.156
	117.575	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(1.932.465)	72.644.602
	(42.371.675)	761.035.291
<i>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</i>		
Dividendos pagos	(60.000.000)	(345.000.000)
Redução de capital	-	(225.000.000)
Impacto da transação Não Vida nos resultados transitados	-	(183.116.024)
Variação líquida em caixa e equivalentes	65.498.108	(132.254.761)
Caixa e equivalentes no início do período	127.968.084	260.222.845
Caixa e equivalentes no final do período	193.466.192	127.968.084

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Grupo'), é uma Sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%). A sede situa-se na Avenida Dr. Mário Soares, Edifício 10, Porto Salvo.

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Ocidental Pensões) e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

Em 23 de junho de 2014, no seguimento duma deliberação do Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas, o Grupo distribuiu aos seus accionistas, na forma de um dividendo em espécie, a totalidade das suas ações na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e na Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, ambas integralmente detidas. Tendo em conta que esta transação correspondeu à distribuição integral das ações das referidas Companhias, e que as mesmas são controladas pela mesma entidade antes e depois da distribuição, este dividendo em espécie foi mensurado ao valor de balanço das ações distribuídas. Deste modo, a partir de 30 de junho de 2014, aquelas Companhias deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas incluem os resultados e os *cash-flows* dessas entidades relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014.

Adicionalmente, em junho de 2014, tendo em vista a otimização da gestão do capital, a Sociedade reduziu o capital social pelo montante de Euro 225.000.0000.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de abril de 2007, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e a Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, excepto como referido na nota 39, que descreve os impactos da adoção, em 2015, das normas contabilísticas emitidas pelo IASB e das interpretações do IFRIC, efectivas desde 1 de janeiro de 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas descritas nesta nota, foram alteradas em concordância. A adoção destas novas normas e interpretações não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

As políticas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas ainda não efetivas e que o Grupo ainda não adotou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas pode ser analisada na nota 39.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2016.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto nos casos em que o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. O passivo relativo às responsabilidades com o plano de benefício definido são reconhecidos como o valor actual das responsabilidades desse plano, líquidas do valor do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Bases de consolidação*

Desde 1 de janeiro de 2010, o Grupo aplica a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ("Grupo"). Conforme referido na nota II.1 a), a partir de 30 de junho de 2014, a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

Subsidiárias	% Part. 2015	% Part. 2014	Atividade económica
Ocidental-Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	100%	Seguros de vida
Ocidental- Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	100%	Gestão de fundos de pensões

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo (incluindo entidades estruturadas e fundos de investimento). O Grupo uma entidade quando está exposto, ou tem o direito, à variabilidade do retorno resultante da relação com a entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde que o Grupo assume o controlo até ao momento em que esse controlo cessa.

Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que implica que o Grupo poderá reconhecer interesses que não controlam negativos. Anteriormente, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o capital próprio da subsidiária atribuível aos interesses que não controlam, esse excesso era atribuído ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros subsequentemente reportados pela subsidiária eram reconhecidos como proveitos do Grupo, até que as perdas atribuídas aos interesses que não controlam, anteriormente absorvidas pelo Grupo, fossem recuperadas.

Após 1 de janeiro de 2010, num processo de aquisição faseado ("step acquisition"), que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados, aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada a valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Goodwill e VOBA

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de dezembro de 2009.

Após 1 de janeiro de 2010, o registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser diretamente imputados a resultados.

O "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de "goodwill". Após 1 de janeiro de 2010, o "goodwill" não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired* – “VOBA”) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

c) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento coletivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respetivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

d) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

e) *Provisões técnicas*

Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos, não sendo descontada.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

f) Ativos financeiros

Classificação

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade - Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados, no momento do seu reconhecimento inicial, para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros a deter até à maturidade, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre estes ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

O Grupo apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva

Em 2011, o Grupo adoptou esta possibilidade para um grupo de ativos financeiros, tal como divulgado na nota 19.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a política contabilística do Grupo, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Nos ativos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos ativos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efectiva original, sendo reconhecida em resultados. Para os ativos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*"discounted cash flows"*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando o mesmo é anulado ou extinto.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Millenniumbcp Ageas aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem maioritariamente saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

j) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

k) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

l) *Ativos intangíveis*

O valor do negócio adquirido (VOBA) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem diretamente afetados aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

m) *Propriedades de investimento*

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

n) Locações

A Millenniumbcp Ageas classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

o) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

p) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

q) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

r) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

s) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, O Grupo é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (seguidamente designado de “CCT”).

Adicionalmente, o Grupo assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, mediante o cumprimento de certos requisitos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano complementar de contribuição definida para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com esta alteração do CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pelo Grupo.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que o Grupo efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pelo Grupo, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. O cálculo é revisto por actuários independentes qualificados. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

O Grupo determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos.

Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

O Grupo reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições do Grupo para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador no Grupo até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2015, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

t) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

u) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados (incluindo participação nos resultados a atribuir), (3) provisão para prémios não adquiridos, (4) provisão para riscos em curso, (5) provisão para desvios de sinistralidade (6) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas, e (7) teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores. Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumentos de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pelo Grupo como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Goodwill

O montante recuperável do goodwill reconhecido como um ativo no Grupo é revisto anualmente, independentemente da existência de indícios de perdas por imparidade.

Para este efeito, o valor contabilístico das unidades de negócio do Grupo com goodwill associado é comparado com o respectivo valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade quando o valor contabilístico da unidade de negócio excede o seu valor recuperável.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o valor recuperável é determinado com base nos *cash flows*/ dividendos previsionais, descontados a uma taxa de desconto que inclua um prémio de risco apropriado à unidade de negócio testada.

Alterações nos *cash flows* previsionais e na taxa de desconto podem conduzir a conclusões diferentes das consideradas na preparação destas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos de negócio

Demonstração dos resultados consolidados

	2015		2014		Eur
	Vida&Pensoes		Vida&Pensoes	Não Vida	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	933.704.126		803.548.098	107.743.044	911.291.142
Prémios brutos emitidos	959.455.924		826.576.219	135.950.569	962.526.788
Prémios de resseguro cedido	(25.751.798)		(23.028.121)	(21.926.419)	(44.954.540)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-		-	(7.497.144)	(7.497.144)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-		-	1.216.038	1.216.038
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	28.633.512		34.970.959	-	34.970.959
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(819.694.468)		(853.752.643)	(75.513.259)	(929.265.902)
Montantes pagos	(821.933.282)		(859.043.505)	(73.690.048)	(932.733.553)
Montantes brutos	(837.444.322)		(873.380.947)	(79.735.191)	(953.116.138)
Parte dos resseguradores	15.511.040		14.337.442	6.045.143	20.382.585
Provisão para sinistros (variação)	2.238.814		5.290.862	(1.823.211)	3.467.651
Montantes brutos	695.269		3.140.770	(968.788)	2.171.982
Parte dos resseguradores	1.543.545		2.150.092	(854.423)	1.295.669
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-		-	296.899	296.899
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(84.956.920)		68.307.270	-	68.307.270
Montante bruto	(85.101.447)		68.221.006	-	68.221.006
Parte dos resseguradores	144.527		86.264	-	86.264
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(35.078.463)		(17.754.585)	(175.325)	(17.929.910)
Custos e gastos de exploração líquidos	(63.336.279)		(63.232.868)	(23.200.241)	(86.433.109)
Custos de aquisição	(56.591.316)		(55.383.677)	(18.721.950)	(74.105.627)
Custos de aquisição diferidos (variação)	-		-	790.660	790.660
Gastos administrativos	(15.977.322)		(15.864.723)	(11.504.661)	(27.369.384)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	9.232.359		8.015.532	6.235.710	14.251.242
Rendimentos	120.634.822		141.809.067	2.391.806	144.200.873
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	120.634.822		141.809.067	2.391.806	144.200.873
Gastos financeiros	(12.082.681)		(12.935.248)	(460.490)	(13.395.738)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(12.082.681)		(12.935.248)	(460.490)	(13.395.738)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	9.587.253		26.714.130	(105.872)	26.608.258
De ativos disponíveis para venda	9.552.419		22.259.868	(105.872)	22.153.996
De investimentos a deter até à maturidade	24.409		(1.719.673)	-	(1.719.673)
Outros	10.425		6.173.935	-	6.173.935
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	113.424		327.145	40.268	367.413
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	19.854.444		85.340.887	-	85.340.887
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(19.741.020)		(85.013.742)	40.268	(84.973.474)
Diferenças de câmbio	(614.420)		(158.916)	-	(158.916)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(21.978.374)		(30.727.157)	(226.596)	(30.953.753)
De ativos disponíveis para venda	(21.943.714)		(16.575.100)	-	(16.575.100)
De empréstimos e contas a receber	-		-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	-		(14.136.229)	-	(14.136.229)
De outros	(34.660)		(15.828)	(226.596)	(242.424)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(18.254.659)		(20.746.974)	97.506	(20.649.468)
Outras provisões (variação)	(932.019)		-	-	-
Outros rendimentos/gastos	(7.924.347)		(1.025.297)	345.154	(680.143)
Resultado líquido antes de impostos	27.820.507		75.342.981	11.232.894	86.575.875
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(21.505.576)		(27.625.471)	(2.015.300)	(29.640.771)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	11.845.238		5.736.894	(1.182.877)	4.554.017
Resultado líquido do exercício	18.160.169		53.454.404	8.034.717	61.489.121

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), a demonstração dos resultados de 2014 do segmento Não-Vida inclui os resultados e os *cash-flows* da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e da Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, data em a Millenniumbcp Ageas perdeu o controlo sobre essas entidades.

Balanço consolidado

	<i>Eur</i>			
	2015	2014		
	Vida	Vida	Não Vida	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	193.466.192	127.968.084	-	127.968.084
Ativos financeiros detidos para negociação	78.770.073	155.418.929	-	155.418.929
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.765.751.172	4.802.041.400	-	4.802.041.400
Ativos disponíveis para venda	4.478.465.531	4.346.823.058	-	4.346.823.058
Empréstimos e contas a receber	350.109.822	497.141.340	-	497.141.340
Outros depósitos	350.109.822	497.141.340	-	497.141.340
Investimentos a deter até à maturidade	461.904.704	541.018.989	-	541.018.989
Terrenos e edifícios	3.065.755	3.244.849	-	3.244.849
Outros ativos tangíveis	2.376.387	1.755.021	-	1.755.021
Goodwill	247.487.477	247.487.477	-	247.487.477
Outros ativos intangíveis	128.882.795	148.130.093	-	148.130.093
Provisões técnicas de resseguro cedido	5.244.922	3.556.850	-	3.556.850
Provisão matemática do ramo vida	1.071.899	927.372	-	927.372
Provisão para sinistros	4.173.023	2.629.478	-	2.629.478
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.591.847	35.908.082	-	35.908.082
Contas a receber por operações de seguro direto	4.561.993	10.182.314	-	10.182.314
Contas a receber por outras operações de resseguro	334.622	29.995	-	29.995
Contas a receber por outras operações	1.695.232	25.695.773	-	25.695.773
Ativos por impostos	65.539.744	34.982.545	-	34.982.545
Ativos por impostos (e taxas) correntes	51.356.057	24.728.015	-	24.728.015
Ativos por impostos diferidos	14.183.687	10.254.530	-	10.254.530
Acréscimos e diferimentos	72.562	60.620	-	60.620
Total ativo	10.787.728.983	10.945.537.337	-	10.945.537.337
Provisões técnicas	4.491.716.871	4.366.626.125	-	4.366.626.125
Provisão matemática do ramo vida	4.290.733.256	4.179.479.945	-	4.179.479.945
Provisão para sinistros	52.667.005	53.362.531	-	53.362.531
De vida	52.667.005	53.362.531	-	53.362.531
Provisão para participação nos resultados	148.316.610	133.783.649	-	133.783.649
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de	5.240.076.345	5.463.646.785	-	5.463.646.785
Outros passivos financeiros	128.447.203	127.493.160	-	127.493.160
Passivos subordinados	120.000.000	120.000.000	-	120.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	8.447.203	7.493.160	-	7.493.160
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.056.017	2.285.092	-	2.285.092
Outros credores por operações de seguros e outras operações	77.838.615	73.590.793	-	73.590.793
Contas a pagar por operações de seguro direto	12.758.593	12.627.169	-	12.627.169
Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.499.852	2.559.319	-	2.559.319
Contas a pagar por outras operações	63.580.170	58.404.305	-	58.404.305
Passivos por impostos e taxas	45.716.535	66.828.820	-	66.828.820
Passivos por impostos (e taxas) correntes	9.317.426	24.805.801	-	24.805.801
Passivos por impostos diferidos	36.399.109	42.023.019	-	42.023.019
Acréscimos e diferimentos	2.469.266	2.727.334	-	2.727.334
Outras Provisões	5.006.364	4.049.126	-	4.049.126
Total passivo	9.993.327.216	10.107.247.235	-	10.107.247.235
Capital	775.002.375	775.002.375	-	775.002.375
Reservas de reavaliação	38.281.741	53.328.288	-	53.328.288
Reserva por impostos diferidos e correntes	(31.549.298)	(44.220.734)	-	(44.220.734)
Outras reservas	40.654.802	15.424.968	-	15.424.968
Resultados transitados	(46.148.022)	(14.699.199)	(8.034.717)	(22.733.916)
Resultado do exercício	18.160.169	53.454.404	8.034.717	61.489.121
Total capital próprio	794.401.767	838.290.102	-	838.290.102
Total passivo e capital próprio	10.787.728.983	10.945.537.337	-	10.945.537.337

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a) e v), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Nessa data, o Grupo descontinuou a sua atividade no segmento Não-Vida.

II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Prémios brutos emitidos vida	959.455.924	826.576.219
Prémios brutos emitidos não vida	-	135.950.569
Prémios brutos emitidos	959.455.924	962.526.788
Prémios resseguro cedido vida	(25.751.798)	(23.028.121)
Prémios resseguro cedido não vida	-	(21.926.419)
Prémios resseguro cedido	(25.751.798)	(44.954.540)
Variação prémios não adquiridos	-	(7.497.144)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	-	1.216.038
Variação líquida de prémios não adquiridos	-	(6.281.106)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro vida	933.704.126	803.548.098
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro não vida	-	107.743.044
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	933.704.126	911.291.142

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Contratos de seguro	182.436.046	175.284.592
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	777.019.878	651.291.627
Prémios brutos emitidos	959.455.924	826.576.219

Os prémios adquiridos do ramo vida, líquidos de resseguro, podem ainda ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	208.273.512	144.935.027
Relativos a contratos de grupo	751.182.412	681.641.192
	959.455.924	826.576.219
Periódicos	224.892.052	220.745.931
Não periódicos	734.563.872	605.830.288
	959.455.924	826.576.219
De contratos sem participação nos resultados	145.462.173	140.994.832
De contratos com participação nos resultados	813.993.751	685.581.387
	959.455.924	826.576.219
Resultado resseguro cedido	679.674	1.561.209

Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeito contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euro 28.634.000 (2014: Euro 34.971.000), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros do ramo vida são analisados como segue:

	<i>Eur</i>					
	2015			2014		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	64.020.391	772.933.627	836.954.018	62.365.409	810.510.909	872.876.318
Parte dos resseguradores	(15.511.040)	-	(15.511.040)	(14.337.442)	-	(14.337.442)
	48.509.351	772.933.627	821.442.978	48.027.967	810.510.909	858.538.876
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	1.807.413	(2.502.682)	(695.269)	(2.423.491)	(717.279)	(3.140.770)
Parte dos resseguradores	(1.543.545)	-	(1.543.545)	(2.150.092)	-	(2.150.092)
	263.868	(2.502.682)	(2.238.814)	(4.573.583)	(717.279)	(5.290.862)
Total antes custos imputados	48.773.219	770.430.945	819.204.164	43.454.384	809.793.630	853.248.014
Custos com Sinistros (imputados)			490.304			504.629
Total			819.694.468			853.752.643

Nota 4 – Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação da provisão matemática e outras provisões técnicas do ramo vida são analisadas como segue:

	Eur		
	2015		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	12.351.258	72.750.189	85.101.447
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(144.527)	-	(144.527)
	12.206.731	72.750.189	84.956.920
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.577.597	29.500.866	35.078.463
Total	17.784.328	102.251.055	120.035.383

	Eur		
	2014		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	20.198.137	(88.419.143)	(68.221.006)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(86.264)	-	(86.264)
	20.111.873	(88.419.143)	(68.307.270)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.243.588	12.510.997	17.754.585
Total	25.355.461	(75.908.146)	(50.552.685)

Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

	Eur			
	2015			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	20.296.008	16.252.185	16.419.643	52.967.836
Custos de aquisição alocados	1.748.987	1.676.530	197.963	3.623.480
Custos administrativos - comissões	5.807	-	-	5.807
Custos administrativos alocados	7.321.126	7.505.865	1.144.524	15.971.515
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9.232.359)	-	-	(9.232.359)
Total	20.139.569	25.434.580	17.762.130	63.336.279

	Eur			
	2014			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	19.643.071	15.166.007	17.244.870	52.053.948
Custos de aquisição alocados	1.486.170	1.644.147	199.412	3.329.729
Custos administrativos - comissões	4.810	-	-	4.810
Custos administrativos alocados	7.244.049	7.635.791	980.073	15.859.913
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(8.015.532)	-	-	(8.015.532)
Total	20.362.568	24.445.945	18.424.355	63.232.868

Considerando os segmentos em conjunto, a rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euro 52.344.000 (2014: Euro 52.939.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A., de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Millenniumbcp Ageas.

Nota 6 – Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

	Eur	
	2015	2014
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	96.816.033	116.812.302
Rendimentos de ativos a deter até à maturidade	23.804.949	26.761.820
Rendimentos de depósitos bancários	13.840	626.751
Total	120.634.822	144.200.873

Nota 7 – Gastos financeiros

Os gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem aos custos operacionais imputados à função investimentos, no montante de Euro 12.083.000 (2014: Euro 13.396.000).

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2015			2014		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	14.981.000	(19.755.961)	(4.774.961)	9.753.857	(380.705)	9.373.152
Obrigações de outros emissores	7.678.067	(1.210.776)	6.467.291	8.257.754	(1.918.494)	6.339.260
Ações	10.417.916	(2.557.827)	7.860.089	13.642.400	(7.200.816)	6.441.584
De investimentos disponíveis para venda	33.076.983	(23.524.564)	9.552.419	31.654.011	(9.500.015)	22.153.996
De investimentos a deter até à maturidade	24.409	-	24.409	25.958.295	(27.677.968)	(1.719.673)
De investimentos em subsidiárias	-	-	-	6.173.935	-	6.173.935
De imóveis de rendimento	10.425	-	10.425	-	-	-
Total	33.111.817	(23.524.564)	9.587.253	63.786.241	(37.177.983)	26.608.258

Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2015			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	(1.323.880)	(74.299.019)	95.477.343	19.854.444
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	214.445.401	(132.044.167)	(102.142.254)	(19.741.020)
Total	213.121.521	(206.343.186)	(6.664.911)	113.424

	2014			
	Gains	(Losses)	Other net income	Total
De investimentos detidos para negociação	42.669.997	(71.242.352)	113.913.242	85.340.887
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	327.137.963	(50.636.828)	(361.474.609)	(84.973.474)
Total	369.807.960	(121.879.180)	(247.561.367)	367.413

Os Outros ganhos / (perdas) líquidos incluem os rendimentos dos investimentos, bem como os ganhos e perdas de passivos financeiros decorrentes dos contratos de *unit linked*.

Nota 10 – Diferenças de câmbio

As diferenças de câmbio no montante de Euro 614.000 dizem respeito a uma perda cambial (2014: perda de Euro 159.000) relativa a Empréstimos concedidos e contas a receber.

Nota 11 – Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e Variação de outras provisões

A imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
De ativos financeiros disponíveis para venda	21.943.714	16.575.100
De ativos a deter até à maturidade	-	14.136.229
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro	34.660	242.424
Total imparidade	21.978.374	30.953.753
Variação de outras provisões	932.019	-
Total	22.910.393	30.953.753

Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos/gastos técnicos incluem um montante de Euro 19.064.000 (2014: Euro 21.246.000) relativos ao custo com a amortização do VOBA – valor do negócio adquirido (ver nota 22).

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euro 10.023.000 (2014: Euro 9.199.000) relativos às comissões de gestão de fundos de pensões faturados pela Ocidental Pensões.

Adicionalmente, incluem o montante de Euro 5.779.000 (2014: Euro 412.000) relativos a juros suportados com o Empréstimo subordinado.

Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	500.552	638.852
Remunerações - pessoal	6.944.992	13.659.368
Encargos sobre remunerações	1.473.750	2.759.903
Benefícios pós emprego	367.487	360.916
Seguros obrigatórios	302.234	680.139
Gastos de acção social	54.850	72.783
Outros gastos	383.015	1.486.262
	<u>10.026.880</u>	<u>19.658.223</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>11.134.969</u>	<u>24.832.184</u>
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	61.519	183.492
Equipamento de transporte e outro equipamento	71.600	22.156
Equipamento informático	109.275	106.147
	<u>242.394</u>	<u>311.795</u>
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	1.313.421	999.315
Valor do negócio adquirido (VOBA)	19.064.102	21.245.973
	<u>20.377.523</u>	<u>22.245.288</u>
Outros	<u>14.226.575</u>	<u>13.289.699</u>
Total	<u>56.008.341</u>	<u>80.337.189</u>

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Auditoria	244.035	325.500
Auditoria - serviços relacionados	141.717	154.007
Consultoria fiscal	27.786	16.568
Outros serviços	-	6.715
Total	<u>413.538</u>	<u>502.790</u>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euro 1.022.000 (2014: Euro 1.453.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euro 353.000 (2014: Euro 920.000) de Juros suportados, um montante de Euro 12.826.000 (2014: Euro 12.991.000) relativos a Comissões e um custo de Euro 25.000 relativos a variação de outras provisões (2014: proveito de Euro 2.075.000).

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos do Grupo efectuada pela F&C.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Custos com sinistros	490.304	5.744.939
Custos de exploração		
Custos de aquisição	3.623.480	8.278.631
Custos administrativos	15.971.515	27.112.654
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	11.827.475	13.060.700
Alocados à Conta Não Técnica	255.206	335.038
Outros custos não alocados	23.840.361	25.805.227
Total	56.008.341	80.337.189

Em 31 de dezembro de 2015, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 165 (2014: 158).

II.5 Notas ao balanço consolidado

Nota 14 – Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e seus equivalentes refere-se a depósitos bancários.

Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015		2014	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaps	78.770.073	4.471.020.000	155.184.867	5.214.551.476
FRA	-	-	234.062	41.500.000
Total	78.770.073	4.471.020.000	155.418.929	5.256.051.476
Dos quais:				
Nível 2	78.770.073	4.471.020.000	155.418.929	5.256.051.476
	78.770.073	4.471.020.000	155.418.929	5.256.051.476

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

							<i>Eur</i>
	2015			2014			
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	
Dívida pública	1.200.846.534	21.396.855	1.222.243.389	959.438.901	185.370.377	1.144.809.278	
Obrigações de outros emissores	2.416.273.169	38.389.948	2.454.663.117	2.869.372.512	49.836.639	2.919.209.151	
Ações	1.066.230.235	22.614.431	1.088.844.666	696.728.851	41.294.120	738.022.971	
Total	4.683.349.938	82.401.234	4.765.751.172	4.525.540.264	276.501.136	4.802.041.400	

Dos quais:

Nível 1	2.507.364.648	2.239.798.666
Nível 2	2.258.386.524	2.562.242.734
	4.765.751.172	4.802.041.400

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

					<i>Eur</i>
	2015		2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	
Dívida pública	1.222.243.389	-	1.144.809.278	-	
Obrigações de outros emissores	196.276.593	2.258.386.524	356.966.418	2.562.242.734	
Ações	1.088.844.666	-	738.022.971	-	
	2.507.364.648	2.258.386.524	2.239.798.666	2.562.242.734	

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015				2014				Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	
Dívida pública	2.107.766.561	181.810.588	-	2.289.577.149	1.871.589.288	184.382.328	-	2.055.971.616	
Obrigações de outros emissores	1.715.077.992	29.625.535	(13.947.183)	1.730.756.344	1.841.681.058	62.999.926	(13.932.483)	1.890.748.501	
Ações	402.747.489	14.621.770	(31.695.262)	385.673.997	322.794.956	5.920.654	(9.766.247)	318.949.363	
Juros a receber	72.458.041	-	-	72.458.041	81.153.578	-	-	81.153.578	
Total	4.298.050.083	226.057.893	(45.642.445)	4.478.465.531	4.117.218.880	253.302.908	(23.698.730)	4.346.823.058	

Dos quais:

Nível 1	4.456.040.231	4.323.908.715
Nível 2	22.425.300	22.914.343
	4.478.465.531	4.346.823.058

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	2015		2014		Eur
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	
Dívida pública	2.335.383.950	-	2.096.027.476	-	
Obrigações de outros emissores	1.734.984.534	22.423.050	1.908.934.126	22.912.093	
Ações	385.671.747	2.250	318.947.113	2.250	
	4.456.040.231	22.425.300	4.323.908.715	22.914.343	

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como ativos disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade correspondem aos ativos transferidos em 2011 da categoria de disponíveis para venda, de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2015			31 Dezembro 2014			Na data da transferência				Eur
	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2015	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2014	Valor de Balanço reclassificado de ativos disponíveis para venda (a)	Reserva de justo valor	Cash flows futuros (b)	Taxa de juro efetiva (c)	
Dívida pública	375.710.216	489.229.554	105.022.242	445.557.286	585.094.229	83.894.220	481.346.191	(174.089.431)	893.264.338	10.3%	
Obrigações de outros emissores	77.121.358	81.035.153	19.961.039	85.663.545	92.669.733	17.571.552	163.903.867	(23.378.682)	217.372.176	6.2%	
Total	452.831.574	570.264.707	124.983.281	531.220.831	677.763.962	101.465.772	645.250.058	(197.468.113)	1.110.636.514		
Juros	9.073.130			9.798.158							
Total	461.904.704			541.018.989							

(a) Corresponde ao valor de mercado na data da reclassificação e ao valor reclassificado para investimentos detidos até à maturidade

(b) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(c) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo

Os ativos a deter até à maturidade podem ser detalhados como se segue:

	2015				Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Juro decorrido	Total	
Dívida pública	444.777.405	(69.067.189)	8.677.543	384.387.759	
Obrigações de outros emissores	80.539.001	(3.417.643)	395.587	77.516.945	
Total	525.316.406	(72.484.832)	9.073.130	461.904.704	
	2014				
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Juro decorrido	Total	
Dívida pública	535.752.497	(90.195.211)	9.347.812	454.905.098	
Obrigações de outros emissores	91.470.675	(5.807.130)	450.346	86.113.891	
Total	627.223.172	(96.002.341)	9.798.158	541.018.989	

Se a reclassificação anteriormente mencionada não tivesse ocorrido, os valores adicionais a reconhecer na reserva de reavaliação seriam como segue:

	2015	2014	2013	2012	2011	Eur
Reserva de reavaliação	117.433.133	146.543.131	93.455.050	93.359.506	(107.427.692)	
Imposto diferido na reserva	(34.642.774)	(46.161.086)	(29.438.341)	(27.074.257)	26.856.923	
	82.790.359	100.382.045	64.016.709	66.285.249	(80.570.769)	

Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Valor de Aquisição	10.724.180	11.116.580
Amortizações acumuladas	(2.851.167)	(2.867.163)
Imparidade	(4.807.258)	(5.004.568)
Saldo no final do ano	3.065.755	3.244.849
Justo valor	3.378.900	3.504.800

A vida útil estimada das propriedades de investimento é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	34 anos
Componentes	10 anos

Em Agosto de 2015, o Grupo vendeu uma fracção do seu imóvel, com um ganho de Euro 10.424. À data de 31 de dezembro de 2015, atendendo à inexistência de indicadores de imparidade adicionais, o Grupo não solicitou a reavaliação deste ativo.

Nota 21 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Equipamento		
Equipamento informático	551.987	479.424
Equipamento administrativo	200.519	52.604
Outro equipamento	2.076.654	1.494.891
	2.829.160	2.026.919
Amortizações acumuladas	(452.773)	(271.898)
Saldo líquido	2.376.387	1.755.021

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

				<i>Eur</i>
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	479.424	52.604	1.494.891	2.026.919
Aquisições	72.563	147.915	581.763	802.241
Saldo em 31 de dezembro de 2015	551.987	200.519	2.076.654	2.829.160
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	223.596	13.802	34.500	271.898
Amortizações do exercício	109.275	31.180	40.420	180.875
Saldo em 31 de dezembro de 2015	332.871	44.982	74.920	452.773
Saldo líquido 31 de dezembro 2014	255.828	38.802	1.460.391	1.755.021
Saldo líquido 31 de dezembro 2015	219.116	155.537	2.001.734	2.376.387

Nota 22 – Goodwill e Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

				<i>Eur</i>
	Goodwill	VOBA	Other	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	247.487.477	527.989.676	9.050.155	784.527.308
Aquisições	-	-	1.130.225	1.130.225
Saldo em 31 de dezembro de 2015	247.487.477	527.989.676	10.180.380	785.657.533
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(385.538.765)	(3.370.973)	(388.909.738)
Amortizações do exercício	-	(19.064.102)	(1.313.421)	(20.377.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(404.602.867)	(4.684.394)	(409.287.261)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2014	247.487.477	142.450.911	5.679.182	395.617.570
Saldo líquido em 31 de dezembro 2015	247.487.477	123.386.809	5.495.986	376.370.272

À data de 31 de Dezembro de 2015, o montante de Euro 247.487.477 reconhecido como goodwill está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A e a Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o qual à data de aquisição foi distribuído como segue:

	<u>Eur</u>
Segmento Vida e Pensões	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127.409
Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	<u>14.360.068</u>
	<u>247.487.477</u>

Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo efetuou uma revisão ao valor recuperável do goodwill e do VOBA, concluindo pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas.

O teste de imparidade do goodwill foi efetuado com base no orçamento a 3 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo e considerando uma taxa de crescimento no longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 11,14% (2014: 11,4%).

O teste de imparidade do VOBA foi efetuado com base na expectativa atual dos fluxos de caixa futuros associados às apólices adquiridas, considerando as condições de mercado atuais e uma taxa de desconto baseada na curva de taxa de juro sem risco. Os pressupostos usados nesta análise foram consistentes com os usados no teste de adequação das responsabilidades. Para informação adicional ver nota 35.

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>Eur</u>
	2016	2017	2018	2019	2020	Após
VOBA - Amortização estimada	18.144.767	17.137.696	15.989.223	14.671.057	13.120.207	44.323.859

Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta para o ramo vida é analisado como segue:

	Eur		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
VALOR BRUTO			
Provisão matemática do ramo Vida	223.879.193	4.066.854.063	4.290.733.256
Provisão para sinistros do ramo Vida	36.452.971	16.214.034	52.667.005
Provisão para participação nos resultados	283.801	148.032.809	148.316.610
Atribuída	283.801	32.741.489	33.025.290
A atribuir	-	115.291.320	115.291.320
Total bruto	260.615.965	4.231.100.906	4.491.716.871
RESSEGURO CEDIDO			
Provisão matemática do ramo Vida	1.071.899	-	1.071.899
Provisão para sinistros do ramo Vida	4.173.023	-	4.173.023
Total resseguro	5.244.922	-	5.244.922
Saldo líquido	255.371.043	4.231.100.906	4.486.471.949

	Eur		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
VALOR BRUTO			
Provisão matemática do ramo Vida	211.527.936	3.967.952.009	4.179.479.945
Provisão para sinistros do ramo Vida	34.645.815	18.716.716	53.362.531
Provisão para participação nos resultados	418.884	133.364.765	133.783.649
Atribuída	418.884	29.392.486	29.811.370
A atribuir	-	103.972.279	103.972.279
Total bruto	246.592.635	4.120.033.490	4.366.626.125
RESSEGURO CEDIDO			
Provisão matemática do ramo Vida	927.372	-	927.372
Provisão para sinistros do ramo Vida	2.629.478	-	2.629.478
Total resseguro	3.556.850	-	3.556.850
Saldo líquido	243.035.785	4.120.033.490	4.363.069.275

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, estão classificados como contratos de investimento.

Adicionalmente, de acordo com o IFRS 4, o Grupo efetuou um teste de adequação das responsabilidades. Em resultado deste teste, as provisões técnicas incluem um reforço no montante de Euro 25.100.000 (2014: Euro 25.115.000). O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 35).

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

	Eur			
	2015	2014		
	Vida	Vida	Não Vida	Total
Saldo em 1 de janeiro	133.783.649	47.098.310	700.059	47.798.369
Montantes pagos	(31.864.543)	(32.031.156)	(454.534)	(32.485.690)
Estimativa de montantes a atribuir	35.078.463	17.754.585	175.325	17.929.910
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow")	11.319.041	100.961.910	-	100.961.910
Impacto transacção Não Vida	-	-	(420.850)	(420.850)
Total	148.316.610	133.783.649	-	133.783.649

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao "shadow", o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2015 o ajustamento do "shadow" totaliza o montante de Euro 115.291.000 (2014: Euro 103.972.000).

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Nalguns casos, pode ser atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão, nomeadamente, garantias "up-front" atribuídas a novo negócio.

Nota 24 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, o Grupo é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no CCT.

Adicionalmente, o Grupo assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma ("PIR"), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pelo Grupo.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de "Horizonte Valorização". Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que o Grupo efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o número de participantes no plano é o seguinte:

	2015	2014
Numero de participantes		
Ativos	165	166
Reformados e pensionistas	20	20
	185	186

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2015	2014
Taxa de desconto	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014 são como segue:

	2015				2014				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por beneficios	(10.060.383)	(2.379.087)	(181.838)	(12.621.308)	(10.470.271)	(2.285.506)	(179.935)	(12.935.712)	
Justo valor dos ativos do plano	10.565.291	-	-	10.565.291	10.650.621	-	-	10.650.621	
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	504.908	(2.379.087)	(181.838)	(2.056.017)	180.350	(2.285.506)	(179.935)	(2.285.091)	

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 4 (2014: 4), e o valor total da responsabilidade ascende a Euro 1.065.000 (2014: Euro 1.128.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no actual CCT.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015				2014				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	10.470.271	2.285.506	179.935	12.935.712	19.617.623	4.680.193	429.396	24.727.212	
Custo do serviço corrente	104.058	144.353	23.400	271.811	36.070	123.558	37.344	196.972	
Custo dos juros	204.035	45.462	3.430	252.927	479.607	104.037	8.916	592.559	
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia	(502.701)	(33.791)	(22.077)	(558.569)	(1.010.344)	(72.006)	(66.822)	(1.149.172)	
(Ganhos) / perdas atuariais	(198.893)	(62.443)	(2.850)	(264.186)	1.597.351	877.967	80.002	2.555.320	
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-	-	-	363.036	18.221	-	381.257	
Alteração do Perímetro de Consolidação	-	-	-	-	(10.639.194)	(3.446.464)	(308.901)	(14.394.558)	
Transferência entre fundos	(16.387)	-	-	(16.387)	26.122	-	-	26.122	
Responsabilidades em 31 de dezembro	10.060.383	2.379.087	181.838	12.621.308	10.470.271	2.285.506	179.935	12.935.712	

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Os valores incluídos na rubrica designada por “Impacto da transação Não-Vida” representam a desconsolidação naquela data dos passivos relativos àquelas Companhias.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

	2015				2014				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	104.058	144.353	23.400	271.811	36.070	123.558	37.344	196.972	
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	73.614	45.462	3.430	122.506	97.252	104.037	8.916	210.204	
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	(2.850)	(2.850)	-	-	80.002	80.002	
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-	-	-	363.036	18.221	-	381.257	
Custo do exercício	177.672	189.815	23.980	391.467	496.358	245.815	126.262	868.435	

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	10.650.621	19.942.199
Contribuições da companhia	180.483	1.729.808
Pagamentos efetuados pelo fundo	(502.701)	(1.010.344)
Retorno esperado do fundo	130.421	382.355
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	122.854	246.147
Alteração do Perímetro de Consolidação	-	(10.665.666)
Transferências entre associados	(16.387)	26.122
Saldo em 31 de dezembro	10.565.291	10.650.621

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Os valores incluídos na rubrica designada por “Impacto da transação Não-Vida” representam a desconsolidação naquela data dos passivos relativos àquelas Companhias.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pelo Grupo ascenderam a Euro 180.000 (2014: Euro 1.730.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro.

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2015 e 2014, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisados como segue:

	2015			2014			<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total	
Saldo em 1 de janeiro	4.640.940	1.347.346	5.988.286	8.782.994	1.138.749	9.921.743	
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	(198.893)	(62.443)	(261.336)	1.597.351	877.967	2.475.318	
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(122.854)	-	(122.854)	(246.147)	-	(246.147)	
Alteração do Perímetro de Consolidação	-	-	-	(5.493.258)	(669.370)	(6.162.628)	
Saldo em 31 de dezembro	4.319.193	1.284.903	5.604.096	4.640.940	1.347.346	5.988.286	

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Os valores incluídos na rubrica designada por “Impacto da transação Não-Vida” representam a desconsolidação naquela data do outro rendimento integral relativo àquelas Companhias.

Em 31 de dezembro de 2014 os (ganhos) /perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 2.505.000. Em 2015 os pressupostos actuariais não foram alterados, tal como previamente divulgado nesta nota.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisados como segue:

	2015				2014			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Bala	180.350	(2.285.506)	(179.934)	(2.285.090)	324.576	(4.680.193)	(429.396)	(4.785.013)
Custo do Exercício	(177.672)	(189.815)	(23.980)	(391.467)	(496.358)	(245.815)	(126.261)	(868.434)
(Ganhos) / perdas atuariais	321.747	62.443	-	384.190	(1.351.204)	(877.967)	-	(2.229.171)
Benefícios pagos pela companhia	-	33.791	22.077	55.868	-	72.006	66.822	138.828
Contribuições dos empregados e outras	180.483	-	-	180.483	1.729.808	0	-	1.729.808
Alteração do Perímetro de Consolidação	-	-	-	-	(26.473)	3.446.464	308.901	3.728.892
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em l	504.908	(2.379.087)	(181.837)	(2.056.016)	180.350	(2.285.506)	(179.934)	(2.285.090)

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Os valores incluídos na rubrica designada por “Impacto da transação Não-Vida” representam a desconsolidação naquela data do outro rendimento integral relativo àquelas Companhias.

Os ativos do fundo de pensões são analisados da seguinte forma:

	Eur	
	2015	2014
Títulos de rendimento variável	2.757.541	2.622.566
Títulos de rendimento fixo	7.121.006	6.925.857
Imóveis	116.218	288.730
Outros	570.526	813.467
	10.565.291	10.650.621

Atualmente o fundo pensões do Grupo não tem exposição a ativos do Grupo.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2015	2014
Impacto no custo com pensões	22.644	23.097
Impacto nas responsabilidades	380.654	365.681

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	Eur	Eur
Taxa de Desconto	2.058.121	-1.621.504
Taxa de Crescimento das Pensões	-1.534.193	1.818.042
Taxa de Crescimento dos Salários	-378.081	500.894
	Impacto alteração de pressupostos demograficos +1 ano	
	Eur	
Alteração da Tábua de Mortalidade	458.110	

No que respeita ao Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012, o Grupo contribuiu com o montante de Euro 164.000. Adicionalmente, no âmbito do CCT revisto, o Grupo efetuou ainda uma contribuição no montante de Euro 136.000 para o PIR dos trabalhadores.

À data de 31 de dezembro de 2015 a responsabilidade total com o PIR ascende a Euro 2.152.000 e o valor do Fundo a cobrir esta responsabilidade ascende a Euro 2.152.000.

Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Tomadores de seguros	4.642.445	10.223.236
Mediadores de seguros	7.738	12.608
Resseguradores	334.622	29.995
	4.984.805	10.265.839
Imparidade	(88.190)	(53.530)
Total	4.896.615	10.212.309
Outros devedores	1.695.232	25.695.773
Total Outros devedores	1.695.232	25.695.773
Total	6.591.847	35.908.082

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 4.641.000 (2014: Euro 10.221.000) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	<i>Eur</i>		
	2015	2014	
	Outros devedores	Outros devedores	Outros
Saldo no início do ano	53.530	6.899.882	6.526
Reversões	-	(299.148)	(6.526)
Dotação do exercício	34.660	541.571	-
Impacto da transacção não vida	-	(7.088.775)	-
Saldo no final do ano	88.190	53.530	-

Conforme referido na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas.

Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O Grupo determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 29,5% (taxa nominal de 21% mais 8,5% de derramas municipais e estaduais).

As declarações de autoliquidação das Companhia do Grupo ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas ativos e passivos são analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Ativos por impostos correntes		
Ativos por impostos correntes	26.611.285	-
Outras taxas	24.744.772	24.728.015
Impostos diferidos ativos	14.183.687	10.254.530
Ativos por impostos	65.539.744	34.982.545
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre rendimento	-	16.481.667
Outros impostos e taxas	9.317.426	8.324.134
Passivos por impostos diferidos	36.399.109	42.023.019
Passivos por impostos	45.716.535	66.828.820

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, os outros ativos por impostos e taxas incluem o montante de Euro 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP - Prestação de Serviços, A.C.E. e a Ocidental Pensões., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos intangíveis	-	-	(36.399.109)	(42.023.019)	(36.399.109)	(42.023.019)
Ativos financeiros	3.864.284	(83.332)	-	-	3.864.284	(83.332)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	7.404.593	7.408.831	-	-	7.404.593	7.408.831
Provisões	1.201.934	1.194.494	-	-	1.201.934	1.194.494
Outros (incluindo benefícios a empregados)	1.712.875	1.734.536	-	-	1.712.875	1.734.536
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	14.183.687	10.254.530	(36.399.109)	(42.023.019)	(22.215.422)	(31.768.489)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2015 e 2014 foi reconhecido como segue:

	2015		2014		<i>Eur</i>
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Impacto da transacção Não Vida
Ativos intangíveis	5.623.910	-	9.541.500	-	-
Ativos financeiros	6.181.351	(2.233.735)	-	4.682.455	2.533.067
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(4.238)	-	(4.403.677)	-	-
Provisões	7.440	-	(592.099)	-	(1.575.891)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-
Outros (incluindo benefícios a empregados)	36.775	(58.436)	8.293	775.642	(2.450.114)
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	11.845.238	(2.292.171)	4.554.017	5.458.097	(1.492.938)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Imposto corrente	(21.505.576)	(29.640.771)
Imposto diiferido	11.845.238	4.554.017
Total imposto reconhecido em resultados	(9.660.338)	(25.086.754)

O imposto sobre o rendimento reconhecido no capital próprio em 2015 e 2014 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Reserva de justo valor de disponiveis para venda		
Imposto corrente	(46.799.764)	(68.159.068)
Imposto diiferido	15.244.187	24.078.011
	(31.555.577)	(44.081.057)
Ganhos / perdas atuariais		
Imposto diiferido	747.721	799.026
	(30.807.856)	(43.282.031)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Resultado antes de impostos	27.820.507	86.575.875
Taxa de imposto	29,5%	31,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	8.207.050	27.271.401
Tributação autónoma	80.320	149.019
Efeito alteração taxa imposto nas diferenças temporárias	-	(2.849.018)
Outras diferenças permanentes	1.372.968	515.352
	9.660.338	25.086.754

Nota 27 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

Os passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento, no montante de Euro 5.240.076.000 (2014: Euro 5.463.647.000), respeitam aos contratos “unit-linked”. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

De acordo com os critérios dos IFRS, estes passivos financeiros são classificados como Nível 2. O seu justo valor é determinado pelo Grupo tendo em consideração o justo valor dos ativos subjacentes.

Nota 28 – Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, no montante de Euro 8.447.000 (2014: Euro 7.493.000), dizem respeito a depósitos recebidos de resseguradores, que representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Adicionalmente, no âmbito das medidas de gestão de capital implementadas, os outros passivos financeiros incluem o montante de Euro 120.000.000 relativos a um empréstimo subordinado concedido pelos acionistas da Millenniumbcp Ageas, de acordo com um acordo celebrado em 5 de dezembro de 2014. Este empréstimo, sem maturidade, estabelece uma remuneração de 4,75% no período inicial de cinco anos, a partir do qual a taxa de juro aplicável é “Euribor a 6 meses + 475 pb”.

Nota 29 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Tomadores de seguros e intermediários	12.758.593	12.627.169
Resseguradores	1.499.852	2.559.319
Credores por operações seguro e resseguro	14.258.445	15.186.488
Outros credores	63.580.170	58.404.305
Total	77.838.615	73.590.793

A rubrica Tomadores de seguros e intermediários inclui o montante de Euro 12.968.000 (2014: Euro 17.743.000) relativo às comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Millenniumbcp Ageas.

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euro 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP - Prestação de Serviços, A.C.E. e a Ocidental Pensões., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Adicionalmente, os Outros credores incluem o montante de Euro 38.220.000 (2014: Euro 7.680.000) relativo a operações por liquidar resultantes da aquisição de ativos financeiros no fim do ano.

Nota 30 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	4.049.126	7.731.836
Dotação exercício - DG's	957.238	(2.074.825)
Impacto da transacção Não Vida	-	(1.607.885)
Saldo em 31 de dezembro	5.006.364	4.049.126

Em resultado do processo de reestruturação em curso, através de um programa de pré-reformas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo tem uma provisão registada no montante de Euro 1.308.000.

Em 2015, a dotação do exercício inclui o montante de Euro 932.019 referente ao provisionamento pela Ocidental Pensões de uma contingência fiscal no contexto do imposto de selo.

Em 2015, a Ocidental Pensões foi sujeita a uma inspeção fiscal pela Autoridade Tributária, aos exercícios de 2011 a 2014, no sentido de ser aferida a aplicabilidade do imposto de selo às comissões de gestão cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões. Contrariamente ao entendimento generalizado no mercado até esta data, a Autoridade Tributária confirmou que com efeito o imposto de selo é devido nestas circunstâncias.

O montante provisionado reflete a responsabilidade máxima a incorrer pela Ocidental Pensões em resultado desta recente interpretação (imposto de selo, juros de mora e coimas). A Sociedade decidiu que irá recorrer desta decisão em 2016.

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

Nota 31 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000.475 ações com o valor nominal de Euro 5 cada.

Em junho de 2014, visando a otimização da gestão de capital, a Millenniumbcp Ageas reduziu o capital social no montante de Euro 225.000.000. Consequentemente, o capital da Millenniumbcp Ageas é atualmente representado por 155.000.475 ações, de valor nominal de Euro 5 cada.

Os acionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Ageas Insurance International, N.V.	51
Banco Comercial Português, S.A. (*)	49
	100

(*) Através do BCP Investment B.V., detido a 100% pelo Banco Comercial Português S.A.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde: (i) ao valor acumulado das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 f), e; (ii) as perdas líquidas acumuladas dos ativos reclassificados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade, na data da sua reclassificação, que serão amortizadas até à maturidade dos ativos transferidos (ver nota 19).

Os movimentos da reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2015 e 2014, são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldos em 01 de janeiro	253.302.908	65.904.409
Ajustamentos no justo valor	(22.650.865)	190.049.446
Vendas	(4.594.150)	(2.650.947)
Saldos em 31 de dezembro	226.057.893	253.302.908

A reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

		<i>Eur</i>	
	Nota	2015	2014
Custo amortizado	17	4.298.050.083	4.117.218.880
Imparidade	17	(45.642.445)	(23.698.730)
Custo amortizado, líquido de imparidade		4.252.407.638	4.093.520.150
Justo valor	17	4.478.465.531	4.346.823.058
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação		226.057.893	253.302.908
Participação nos resultados a atribuir	23	(115.291.320)	(103.972.279)
Reserva reavaliação de investimentos disponíveis para venda		110.766.573	149.330.629
Reserva reavaliação de investimentos detidos até à maturidade	19	(72.484.832)	(96.002.341)
Total		38.281.741	53.328.288

Outras reservas

Reserva por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 u). Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afectos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas flutuações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Ageas tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

Resultados transitados

Em Março de 2015, a Millenniumbcp Ageas distribuiu dividendos aos seus acionistas no valor de Euro 60.000.000.

O capital próprio em 31 de dezembro de 2015 é analisado como se segue:

<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação		Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio	
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes					
Capital	775.002.375	-	-	-	-	-	-	775.002.375
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	226.057.893	(83.681.446)	142.376.447	-	-	-	142.376.447
Reservas de reavaliação DPV transferidos para IDM, líquida	-	(115.291.320)	34.010.939	(81.280.381)	-	-	-	(81.280.381)
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(72.484.832)	18.121.209	(54.363.623)	-	-	-	(54.363.623)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.160.169	-	18.160.169
Resultados transitados	-	-	-	-	(38.113.303)	-	-	(38.113.303)
Reserva legal	-	-	-	-	37.482.737	-	-	37.482.737
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(4.862.654)	-	-	(4.862.654)
Saldos 31 dezembro 2015	775.002.375	38.281.741	(31.549.298)	6.732.443	32.620.083	(38.113.303)	18.160.169	794.401.767

O capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é analisado como se segue:

<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação		Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio	
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes					
Capital	775.002.375	-	-	-	-	-	-	775.002.375
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	253.302.908	(98.893.141)	154.409.767	-	-	-	154.409.767
Reservas de reavaliação DPV transferidos para IDM, líquida	-	(103.972.279)	30.671.822	(73.300.457)	-	-	-	(73.300.457)
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(96.002.341)	24.000.585	(72.001.756)	-	-	-	(72.001.756)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.489.121	-	61.489.121
Resultados transitados	-	-	-	-	(22.733.916)	-	-	(22.733.916)
Reserva legal	-	-	-	-	20.614.228	-	-	20.614.228
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(5.189.260)	-	-	(5.189.260)
Saldos 31 dezembro 2014	775.002.375	53.328.288	(44.220.734)	9.107.554	15.424.968	(22.733.916)	61.489.121	838.290.102

II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

Nota 32 - Conta técnica do ramo Vida por produto

	2015				2014				Eur
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	156.684.248	777.019.878	-	933.704.126	152.256.470	651.291.628	-	803.548.098	
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	28.633.512	28.633.512	-	-	34.970.959	34.970.959	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(49.150.470)	(770.543.998)	-	(819.694.468)	(43.862.403)	(809.890.240)	-	(853.752.643)	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(12.206.731)	(72.750.189)	-	(84.956.920)	(20.111.873)	88.419.143	-	68.307.270	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(5.577.596)	(29.500.867)	-	(35.078.463)	(5.243.588)	(12.510.997)	-	(17.754.585)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(20.139.569)	(25.434.580)	(17.762.130)	(63.336.279)	(20.362.567)	(24.445.946)	(18.424.355)	(63.232.868)	
Rendimentos	8.527.808	108.197.379	-	116.725.187	9.346.456	125.680.842	-	135.027.298	
Gastos financeiros	(668.709)	(5.142.407)	(6.016.359)	(11.827.475)	(763.003)	(6.447.842)	(5.451.654)	(12.662.499)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	4.715.894	16.568.376	(133.919)	21.150.351	(383.432)	(20.429.659)	(9.639)	(20.822.730)	
Amortização do VOBA	(17.929.281)	(902.115)	(232.706)	(19.064.102)	(18.786.550)	(2.200.335)	(259.088)	(21.245.973)	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	57.282	752.161	-	809.443	31.997	467.002	-	498.999	
Margem técnica	64.312.876	(1.736.362)	4.488.398	67.064.912	52.121.507	(10.066.404)	10.826.223	52.881.326	
Proveito dos investimentos				4.043.588				6.835.165	
Mais/(menos) valias realizadas				(34.141.761)				16.554.089	
Despesas gerais				(5.031.463)				(4.832.001)	
Outros proveitos/(custos) não técnicos				(4.114.769)				3.518.126	
Resultado não técnico				(39.244.405)				22.075.380	
Resultado antes de impostos				27.820.507				74.956.706	

II.8 Outras Notas

Nota 33 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2015	2014
Remunerações	500.552	638.852
Contribuições para o fundo de pensões	5.405	2.935
	505.957	641.787

Os impactos das transações significativas com partes relacionadas são analisados como segue:

	Eur			
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	193.466.192	-	-	193.466.192
Empréstimos concedidos e contas receber	350.109.822	-	-	350.109.822
Ativos financeiros disponíveis para venda	80.524.137	-	-	80.524.137
Investimentos a deter até à maturidade	17.746.648	-	-	17.746.648
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.081.774.930	22.650.917	-	2.104.425.847
Outros ativos	45.614	-	-	45.614
Total do ativo	2.723.667.343	22.650.917	-	2.746.318.260
Provisões técnicas	106.589.182	-	-	106.589.182
Outros passivos financeiros	58.986.200	61.393.800	-	120.380.000
Outros passivos	13.307.799	91.584	27.240	13.426.623
Total do passivo	178.883.181	61.485.384	27.240	240.395.805
Líquido Ativo / (Passivo) 2015	2.544.784.162	(38.834.467)	(27.240)	2.505.922.455
Líquido Ativo / (Passivo) 2014	2.752.352.961	12.379.565	(27.240)	2.764.705.286

	Eur			
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	7.520.081	-	36.104.201	43.624.282
Dividendos e juros a receber	54.951.899	1.751.506	-	56.703.405
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	55.116.461	1.393.082	-	56.509.543
Outros Proveitos	-	10.909	-	10.909
Total de proveitos	117.588.441	3.155.497	36.104.201	156.848.139
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(12.439.566)	-	(19.875.488)	(32.315.054)
Custos de aquisição	(52.343.646)	-	-	(52.343.646)
Gastos gerais e administrativos	(7.817.525)	(3.448.600)	(59.169)	(11.325.294)
Total de custos	(72.600.737)	(3.448.600)	(19.934.657)	(95.983.994)
Líquido Proveitos / (Custos) 2015	44.987.704	(293.103)	16.169.544	60.864.145
Líquido Proveitos / (Custos) 2014	96.020.007	2.100.074	15.238.916	113.358.997

	Eur			
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Total
Dividendos pagos	-	(60.000.000)	-	(60.000.000)
Líquido variações no capital próprio	-	(60.000.000)	-	(60.000.000)

As transações com o Grupo BCP são referentes, maioritariamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Nota 34 – Ativos sob gestão

A Ocidental Pensões é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão por tipo de investimento são analisados a 31 dezembro 2015 e 2014 como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Títulos de rendimento variável	2.078.612.593	2.158.201.240
Títulos de rendimento fixo	2.588.886.432	2.419.248.566
Propriedades de investimento	404.450.173	365.413.873
Total	<u>5.071.949.198</u>	<u>4.942.863.679</u>

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão são analisadas como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	4.942.863.679	4.365.594.866
Contribuições líquidas	21.059.742	265.199.347
Mais/ (menos) valias realizadas	41.559.258	320.278.312
Transferências	66.466.519	(8.208.846)
Saldo em 31 de dezembro	<u>5.071.949.198</u>	<u>4.942.863.679</u>

Nota 35 – Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governo da Millenniumbcp Ageas, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., assumir riscos é intrínseco à forma como cria valor para os seus clientes e acionistas. O objetivo é assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos, que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento sustentável e rentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

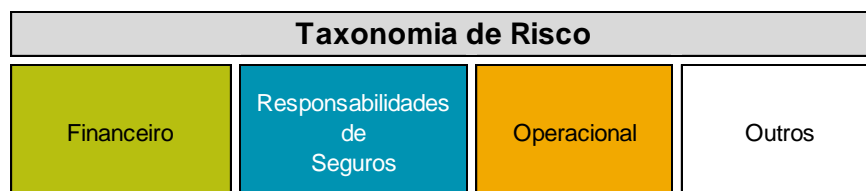
A gestão de risco na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está suportada num processo com princípios de orientação, e num quadro robusto e formalizado. A Estrutura de Gestão de Risco é definida através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO), que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação, avaliação, monitorização e reporte de riscos, está implementada dentro da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar as Companhias.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os *Riscos Financeiros*, *Operacionais* e *Específicos de Seguros* são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto os *Outros Riscos* são geridos no âmbito do Pilar II.

Todos os riscos são geridos através de um dos processos chave: o Key Risk Reporting (KRR). O KRR é um processo que contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A..

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das principais categorias de risco na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. é o *Risco Financeiro*. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado*, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento*, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os *Riscos Financeiros* na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

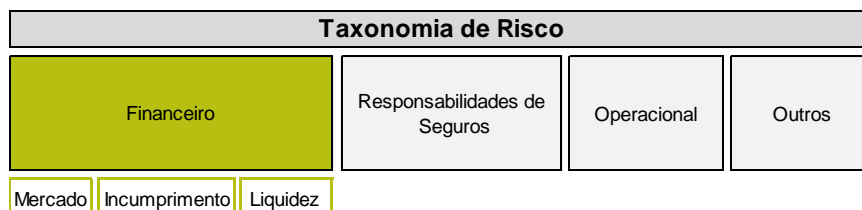
- O Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. fornece a aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso, o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão dos Riscos de Mercado, as quais delega no Comité de Risco e no Comité de Investimentos.
- O Departamento de Gestão de Risco e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de Riscos Financeiros da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e à Comissão Executiva;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos/Comité de Risco ou por Supervisores locais.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos Limites de Risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
 - Propor os Limites de *Apetite ao Risco* bem como os limites agregados ao risco;
 - Fornecer um parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
 - Ser Membro do Comité de Risco/Comité de Investimentos;
 - Dar parecer sobre a Estratégia de Investimento global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações, derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e risco de incumprimento, a Taxonomia de Risco da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. é elaborada de maneira a assegurar que todos os riscos relacionados com crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Mercado* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao risco de *spread* pela detenção de títulos ou participações num ressegurador ou risco de contraparte via proteção de resseguro.

Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizadas para reduzir o risco de mercado, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o Risco de Câmbio surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos. Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Eur). A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá estar coberto. Apenas os produtos *Unit Linked* estão expostos a risco de câmbio.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros detidos até à maturidade e os fundos de investimentos por tipo de garantia (incluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2015	%	2014	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.478.465.531	100,0%	4.346.823.058	100,0%
Dívida pública	2.335.383.950	52,1%	2.096.027.476	48,3%
Obrigações	1.757.407.584	39,2%	1.931.846.219	44,4%
Ações	33.945.679	0,8%	43.642.900	1,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	66.523.657	1,5%	67.599.947	1,6%
Ações	127.226.602	2,8%	45.591.928	1,0%
Imobiliário	157.978.059	3,6%	162.114.588	3,7%
Ativos financeiros ao justo valor	4.765.751.172	100,0%	4.802.041.400	100,0%
Dívida pública	1.222.243.389	25,6%	1.144.809.277	23,9%
Obrigações	2.454.663.117	51,5%	2.919.209.151	60,8%
Fundos de investimento:				
Obrigações	618.317.285	13,0%	362.436.824	7,5%
Ações	364.839.353	7,7%	302.969.220	6,3%
Imobiliário	-	0,0%	20.032.265	0,4%
Alternativos	105.688.028	2,2%	52.584.663	1,1%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	461.904.704	100,0%	541.018.989	100,0%
Dívida pública	384.387.759	83,2%	454.905.098	84,1%
Obrigações	77.516.945	16,8%	86.113.891	15,9%
Detidos para negociação	78.770.073	100,0%	155.418.929	100,0%
Derivados de negociação	78.770.073	100,0%	155.418.929	100,0%
Total	9.784.891.480		9.845.302.376	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2015	2014
ATIVO [EUR]		
Caixa e disponibilidades	193.466.192	127.968.084
Empréstimos e contas a receber	350.109.822	497.141.340
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	6.591.847	35.908.082
Investimentos a deter até à maturidade	579.337.837	687.562.120
Total	1.129.505.698	1.348.579.626
PASSIVO [EUR]		
Outras responsabilidades financeiras	128.447.203	127.493.160
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	77.838.615	73.590.793
Total	206.285.818	201.083.953

As ações detidas pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015	%	2014	%
	Valor		Valor	
Instituições financeiras	31.821.871	93,7%	42.844.400	98,2%
Sectores básicos e energéticos	794.058	2,3%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	1.329.750	4,0%	798.500	1,8%
	33.945.679	100,0%	43.642.900	100,0%

Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2015

As obrigações detidas pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2015		2014		2015		2014		2015		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	2.335.383.950	57,1%	2.096.027.476	51,9%	1.222.243.389	33,2%	1.144.809.277	28,2%	384.387.759	83,2%	454.905.098	84,1%
Instituições financeiras	995.594.345	24,3%	1.146.645.233	28,5%	2.202.258.224	59,9%	2.527.217.622	62,2%	17.746.648	3,8%	16.957.258	3,1%
Operações de securitização	50.238.047	1,2%	40.370.503	1,0%	-	0,0%	5.693	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	104.758.121	2,6%	87.577.776	2,2%	37.135.208	1,0%	43.504.513	1,1%	-	0,0%	-	0,0%
Sectores básicos e energéticos	331.654.600	8,1%	341.379.646	8,5%	25.526.251	0,7%	9.095.831	0,2%	-	0,0%	-	0,0%
Operações hipotecárias	10.387.979	0,3%	12.495.994	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	65.854.125	1,6%	27.091.587	0,7%	2.233.201,00	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	116.494.224	2,8%	71.818.955	1,8%	4.325.810	0,1%	12.131.891	0,3%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	26.333.168	0,6%	142.934.750	3,5%	52.783.413	1,4%	53.280.507	1,3%	-	0,0%	-	0,0%
Materias primas	11.232.904	0,3%	10.452.317	0,3%	39.801.044	1,1%	179.625.907	4,4%	-	0,0%	10.943.061	2,0%
Diversos	2.773.042	0,1%	4.237.870	0,1%	90.361.361	2,5%	94.325.740	2,3%	59.770.297	13,0%	58.213.572	10,8%
Energia	42.087.029	1,0%	46.841.588	1,2%	238.605	0,0%	21.447	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	4.092.791.534	100,0%	4.027.873.695	100,0%	3.676.906.506	100,0%	4.064.018.428	100,0%	461.904.704	100,0%	541.018.989	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2015		2014		2015		2014		2015		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	302.758.062	7,4%	463.912.401	11,5%	298.558	0,0%	491.081	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
AA	682.791.353	16,7%	439.483.618	10,9%	434.916	0,0%	510.180	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
A	678.377.167	16,6%	601.498.418	14,9%	33.892.019	0,9%	44.421.721	1,1%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	716.684.739	17,5%	558.419.269	13,9%	82.043.483	2,2%	243.712.672	6,0%	17.746.648	3,8%	10.943.061	2,0%
BB	1.682.695.026	41,1%	1.935.444.956	48,1%	1.381.615.701	37,6%	1.457.757.837	35,9%	385.428.603	83,5%	472.856.748	87,4%
B	29.476.087	0,7%	29.093.333	0,7%	2.045.460.221	55,6%	2.260.563.279	55,6%	-	0,0%	57.219.180	10,6%
CCC	-	0,0%	-	0,0%	52.412.531	1,4%	51.398.030	1,3%	-	0,0%	-	0,0%
Sem Rating	9.100	0,0%	21.700	0,0%	80.749.078	2,2%	5.163.628	0,1%	58.729.453	12,7%	-	0,0%
Total	4.092.791.534	100,0%	4.027.873.695	100,0%	3.676.906.506	100,0%	4.064.018.428	100,0%	461.904.704	100,0%	541.018.989	100,0%
Dívida pública	2.335.383.950	57,1%	2.096.027.476	52,0%	1.222.243.389	33,2%	1.144.809.277	28,2%	384.387.759	83,2%	454.905.098	84,1%
Obrigações	1.757.407.584	42,9%	1.931.846.219	48,0%	2.454.663.117	66,8%	2.919.209.151	71,8%	77.516.945	16,8%	86.113.891	15,9%
Total	4.092.791.534	100,0%	4.027.873.695	100,0%	3.676.906.506	100,0%	4.064.018.428	100,0%	461.904.704	100,0%	541.018.989	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	543.576.014	100,0%	625.109.424	100,0%
Seguros e outras operações				
AA	116.137	1,8%	29.995	0,1%
A	218.484	3,3%	0	0,0%
Sem rating	6.257.226	94,9%	35.878.087	99,9%
	6.591.847	100,0%	35.908.082	100,0%
Total	550.167.861		661.017.506	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda					
	Portugal	Luxemburgo	Germany	Inglaterra	Total	%
Obrigações	-	66.523.657	-	-	66.523.657	18,9%
Ações	568.022	10.726.240	69.167.540	46.764.800	127.226.602	36,2%
Imobiliário	157.978.059	-	-	-	157.978.059	44,9%
Total a dezembro de 2015	158.546.081	77.249.897	69.167.540	46.764.800	351.728.318	100,0%
Obrigações	-	67.599.947	-	-	67.599.947	24,5%
Ações	795.773	9.564.800	35.231.355	-	45.591.928	16,6%
Imobiliário	162.114.588	-	-	-	162.114.588	58,9%
Total a dezembro de 2014	162.910.361	77.164.747	35.231.355	-	275.306.463	100,0%

Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2015

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA (EUR)	Ativos financeiros ao justo valor									
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Inglaterra	Ilhas Caimão	Alemanha	Total
Obrigações	383.797	539.649.897	-	37.730.725	-	-	40.552.866	-	-	618.317.285
Ações	106.690	285.446.676	28.059.572	30.719.301	-	6.116.849	14.192.492	-	197.773	364.839.353
Alternativos	-	44.817.015	-	44.527.670	-	-	8.344.620	7.998.723	-	105.688.028
Total a dezembro de 2015	490.487	869.913.588	28.059.572	112.977.696	-	6.116.849	63.089.978	7.998.723	197.773	1.088.844.666
Obrigações	430.340	337.921.437	-	11.884.501	-	-	12.200.546	-	-	362.436.824
Ações	115.190	243.324.840	7.595.288	20.377.771	-	1.800.951	29.755.180	-	-	302.969.220
Imobiliário	-	20.032.265	-	-	-	-	-	-	-	20.032.265
Alternativos	-	15.584.082	-	32.784.568	768.980	-	-	3.447.033	-	52.584.663
Total a dezembro de 2014	545.530	616.862.624	7.595.288	65.046.840	768.980	1.800.951	41.955.726	3.447.033	-	738.022.972

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Concentração de Mercado. Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez 2015							Total
	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	
Ativos financeiros a taxa fixa	88.004.607	89.142.553	408.454.659	2.275.589.983	1.918.339.984	66.523.657	4.846.055.443
Ativos financeiros a taxa variável	23.604.610	42.682.786	32.732.573	370.498.689	43.802.317	-	513.320.975
Outros ativos financeiros	49.820.376	99.954.369	231.386.058	95.968.902	164.271.614	320.350.343	961.751.662
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	14.160.513	206.744.208	561.224.910	2.093.841.700	1.253.993.666	1.088.844.666	5.218.809.663
Ativos Financeiros	175.590.106	438.523.916	1.233.798.200	4.835.899.274	3.380.407.581	1.475.718.666	11.539.937.743
Ativos Não Financeiros	1.797.054	3.770.833	18.921.662	133.290.486	47.402.130	247.487.477	452.669.642
Total de Ativos	177.387.160	442.294.749	1.252.719.862	4.969.189.760	3.427.809.711	1.723.206.143	11.992.607.385
Outros passivos financeiros	10.365.519	6.412.441	11.171.504	58.336.353	-	120.000.000	206.285.817
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	13.518.498	354.546.502	619.371.596	1.800.171.034	2.452.468.715	-	5.240.076.345
Passivos Financeiros	23.884.017	360.958.943	630.543.100	1.858.507.387	2.452.468.715	120.000.000	5.446.362.162
Passivos Não Financeiros	36.427.286	56.593.064	195.491.663	1.343.750.332	3.703.918.188	-	5.336.180.533
Total de Passivos	60.311.303	417.552.007	826.034.763	3.202.257.719	6.156.386.903	120.000.000	10.782.542.695

Risco de liquidez 2014							Total
	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	
Ativos financeiros a taxa fixa	141.005.141	401.670.835	752.060.332	1.942.372.580	1.676.566.844	69.492.746	4.983.168.478
Ativos financeiros a taxa variável	33.340.248	38.660.797	39.305.074	154.287.949	37.291.587	-	302.885.655
Outros ativos financeiros	62.139.618	85.282.949	433.636.203	64.836.653	192.650.364	252.549.431	1.091.095.218
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	27.269.055	254.290.522	186.471.310	2.412.541.776	1.898.338.679	738.022.971	5.516.934.313
Ativos Financeiros	263.754.062	779.905.103	1.411.472.919	4.574.038.958	3.804.847.474	1.060.065.148	11.894.083.664
Ativos Não Financeiros	191.539	383.078	1.799.731	432.971.167	3.871.939	-	439.217.454
Total de Ativos	263.945.601	780.288.181	1.413.272.650	5.007.010.125	3.808.719.413	1.060.065.148	12.333.301.118
Outros passivos financeiros	37.561.098	6.041.515	10.084.476	27.474.190	-	120.000.000	201.161.279
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	13.931.755	110.662.174	623.252.794	2.329.400.900	2.386.399.162	-	5.463.646.785
Passivos Financeiros	51.492.853	116.703.689	633.337.270	2.356.875.090	2.386.399.162	120.000.000	5.664.808.064
Passivos Não Financeiros	63.153.369	139.861.151	613.321.541	1.152.714.617	2.959.455.987	-	4.928.506.665
Total de Passivos	114.646.222	256.564.840	1.246.658.811	3.509.589.707	5.345.855.149	120.000.000	10.593.314.729

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (floating rate notes) o cupão pago em dezembro de 2015 e 2014 respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, no apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) O valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foi considerado com maturidade “à vista”;
- ii) No cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

Riscos com Responsabilidade de Seguros

Taxonomia de Risco			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros

Modelo de Governo dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (underwriting), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de Regulamentos de Risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o Risk Officer é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o Appetite ao Risco de Subscrição bem como o Appetite ao Risco de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as regras e regulamentos estabelecidos na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela recomendação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco do Grupo. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. estão envolvidas na Gestão de Risco com Responsabilidade de Seguros diversas áreas, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística são utilizados por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, o embedded value e os rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuários responsáveis, sendo as provisões regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte. O principal objetivo das resseguradoras é mitigar o impacto dos grandes sinistros, decorrentes de grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados ou o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Vida [EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Vida/Invalidez	Excedente	4.400.000	110.000
Vida/Invalidez	Quota Parte	550.000	110.000
Vida (catástrofes)	CAT Excesso de Perdas (XL)	15.000.000	350.000

Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está disposto a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor na Millenniumbcp Ageas.

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos outros riscos, financeiros e operacionais. De acordo com a taxonomia de risco da Millenniumbcp Ageas, os riscos específicos de seguros estão definidos como riscos de responsabilidades de seguros de vida.

Riscos com Responsabilidade de Seguros de Vida

O risco específico de Seguros de Vida é dividido em dois grandes blocos: Risco de Subscrição de Vida e o Risco de Catástrofe.

Os sinistros relativos aos produtos de Vida Risco e de Rendas Vitalícias são sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. A diminuição na taxa de mortalidade é conhecida como Risco de Longevidade, enquanto o aumento da mesma considera-se como Risco de Mortalidade. O aumento inesperado nas taxas de mortalidade conduzirá a um aumento dos sinistros previstos para os produtos de Vida Risco e uma diminuição dos sinistros para os produtos de Rendas Vitalícias, enquanto o decréscimo nas taxas de mortalidade terá o impacto exatamente oposto. Dada a natureza a longo prazo do ramo Vida, mudanças inesperadas nas taxas de resgates ou nas despesas a curto prazo podem também ter um impacto significativo.

O Risco de Longevidade é gerido através do *pricing* do regulamento de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Na conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são constituídas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O Risco de Mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. Este risco é mitigado através do regulamento de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de proteção da retenção.

O Risco de Catástrofe é o risco de perda ou de alteração do valor do passivo seguro, resultante da incerteza significativa dos preços e provisionamento dos pressupostos relacionados com eventos extremos ou excecionais.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Para a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. os pressupostos são os seguintes:

	<u>Tabela de Mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
Risco	PM 60/64 or GKM 80	3% or 4%
Rendas*	GKF 95	1%, 1.5%, 2%, 2.5%, 2.75%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 or GKF 80	0%, 2%, 2.4%, 3%, 3.25% ou 4%

* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade GKF 95 e na taxa técnica de 2,75%.

Em 31 dezembro de 2015 e de 2014, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os cash flows futuros são avaliados através do modelo interno de embedded value e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

Tabelas mortalidade	2015		2014	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Ativa	70% GKM95	65% GKF95	70% GKM95	65% GKF95
Crédito Habitação	45% GKM95	45% GKF95	50% GKM95	47,5% GKF95
Crédito Pessoal	45% GKM95	40% GKF95	50% GKM95	45% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	37,5% GKM95	42,5% GKF95	40% GKM95	45% GKF95

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante na carteira de seguros de vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários fatores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e regulamento de subscrição, sempre que tal se justifique.

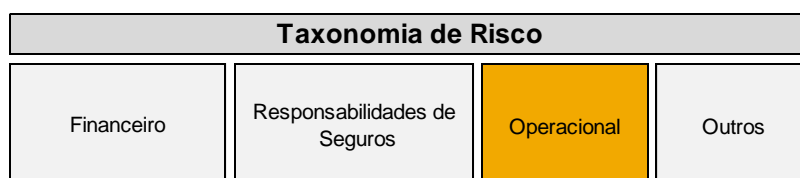
A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. também mitiga o risco de invalidez através da adoção de questionários médicos adequados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade do justo valor das responsabilidades de seguros. O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor atual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de fatores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos ativos e das responsabilidades:

Vida [EUR]		
Análises de Sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2015	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2014
Taxas de juro sem risco +100bp	10.822.497	32.469.335
Taxas de juro sem risco -100bp	(47.249.001)	(67.920.047)
Imobiliário e ações -10%	(29.750.593)	(27.507.068)
Despesas gerais -10%	15.045.670	11.562.069
Taxas de Mortalidade -5%	8.483.132	7.448.339
Taxas de anulação/resgate -10%	18.925.600	8.575.964

Risco Operacional



O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecuibilidade ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a todo o Grupo.

O risco operacional na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o Comité de Risco Operacional e de controlo interno que gere o risco operacional no Grupo. Além disso, a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no Risk Reporting e discutidos no Comité de Risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A, a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM).

Em particular, engloba processos de todo o Grupo, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro do Grupo sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas na gestão de risco operacional;

- Risk Reporting: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco do Grupo, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pelo Grupo;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para o Grupo e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, o Grupo:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a todo o Grupo, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base o respetivo regulamento do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida é a seguinte:

<i>Eur</i>				
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2014	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2015 em relação a 2014	Reajustamentos
2015	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	53.362.531	42.675.798	28.313.941	17.627.208

<i>Eur</i>				
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2013	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2014 em relação a 2013	Reajustamentos
2014	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	56.503.401	47.004.044	17.191.750	7.692.393

Outros riscos

Taxonomia de Risco			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros

Os *Outros Riscos* cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2015.

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a margem de solvência do Grupo é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 dezembro 2015	31 dezembro 2014
Capital	775.002.375	775.002.375
Reservas Legal e de Reavaliação	39.352.526	24.532.522
Resultados Transitados	(38.113.303)	(22.733.916)
Resultado Líquido do Exercício	18.160.169	61.489.121
Distribuição de Resultados do Exercício	0	(60.000.000)
Total Situação Líquida (1)	794.401.767	778.290.102
Activos Intangíveis	(339.971.163)	(353.594.550)
Empréstimos Subordinados	120.000.000	120.000.000
Total (2)	(219.971.163)	(233.594.550)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	574.430.604	544.695.552
Margem de Solvência Exigida	255.557.846	250.965.864
Excesso / Insuficiência	318.872.758	293.729.688
Rácio Solvência	225%	217%

A partir de 1 Janeiro de 2016, o regime de Solvência II é obrigatoriamente aplicável às Companhias de seguros/resseguradoras estabelecidas na União Europeia.

As novas regras de solvência introduzem critérios mais severos para o cálculo do rácio de solvabilidade, visando melhorar a adequação do capital das Companhias aos riscos assumidos. O principal objetivo desta mudança é a valorização do ativo/passivo com base em princípios económicos, o que introduz maior volatilidade nos requisitos de capital das Companhias, e melhorar a avaliação dos riscos aos quais as mesmas estão expostas.

Desde 2009, em linha com o plano de implementação de Solvência II adotado pelo Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas assumiu o compromisso de desenvolver uma transição suave para este novo regime através da implementação de várias iniciativas.

Em 2015, no âmbito da fase preparatória de Solvência II, foi reportada a primeira informação qualitativa e quantitativa ("QRT's") preparada com base nos requisitos de Solvência II à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os resultados desta fase preliminar demonstraram que o rácio de Solvência II da Millenniumbcp Ageas está confortavelmente acima do limite mínimo legal exigido, contudo abaixo do rácio de Solvência I. A posição de Solvência II reportada nesta fase considerou a aplicação do "ajustamento de volatilidade", o qual se inclui no conjunto de medidas transitórias de longo prazo propostas pelo Regulador. A Companhia ainda não completou o processo de apresentação do pedido de adoção de medidas transitórias adicionais, que resultarão em impactos positivos na posição de Solvência II.

Embedded Value

O embedded value fornece uma estimativa do valor dos acionistas numa operação do ramo vida, excluindo o valor que poderá vir a ser adicionado pela produção nova futura. O embedded value é igual à soma da situação líquida ajustada com o valor da carteira em vigor. Os resultados apresentados foram preparados pela Direção de Gestão de Risco e Atuariado.

O valor da carteira em vigor é dado pelo valor atual dos lucros futuros após impostos, ajustado pelo custo da manutenção numa margem de solvência igual a 200% da margem mínima exigida pela regulamentação em vigor à data de 31 de dezembro de 2015 (Solvência I). O custo da margem de solvência (custo de capital) reflete os custos de investimento e os impostos sobre os rendimentos dos capitais afetos à margem de solvência, mas não inclui o custo de oportunidade como nos modelos tradicionais que origina maiores custos de capital.

Na determinação dos valores apresentados, foram não só aplicados os princípios estabelecidos ao nível do Grupo Ageas, mas também os European Embedded Value Principles (EEV), ou seja, os cálculos contemplam o custo associado às opções e garantias (CFOG) e aos riscos não financeiros (CNFR) existentes ao nível da carteira em vigor.

No quadro seguinte apresentam-se o embedded value e o valor adicionado pela produção nova do segmento Vida da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

	2015	2014
Embedded value (EV) em 1 de Janeiro (avaliação anterior)	1.260.230	1.260.230
Reajustamento ao EV de abertura	5.435	-6.073
Alteração de pressupostos não económicos	-27.196	5.538
Alteração de pressupostos económicos	20.492	-71.580
Performance da carteira em vigor	50.045	90.572
Valor adicionado pela produção nova	45.755	42.158
Impacto da variação no ano	-11.067	27.858
EV em 31 de Dezembro, antes da distribuição de dividendos	862.167	1.348.703
Dividendos distribuídos aos acionistas	-60.000	-570.000
EV em 31 de Dezembro, após distribuição de dividendos	802.167	778.703

Os reajustamentos ao *embedded value* de abertura em 2015 refletem os impactos resultantes de melhorias no modelo de cálculo VIPiTech, de alterações no modelo de projeção de taxas de juro e de correção de alguns erros detetados ao nível do modelo de projeção de responsabilidades (*Prophet*).

A variação das taxas de juro sem risco, do prémio de iliquidez (ou ajustamento de volatilidade) e dos parâmetros de volatilidade, teve um impacto positivo, pois o respetivo efeito nos produtos de capitalização e rendas vitalícias (margem e desconto) foi maior do que o efeito negativo nos produtos de vida risco e *unit linked*. O impacto resultante da redução dos *spreads* nas obrigações de tesouro e *corporate* durante 2015 é considerado como um impacto económico.

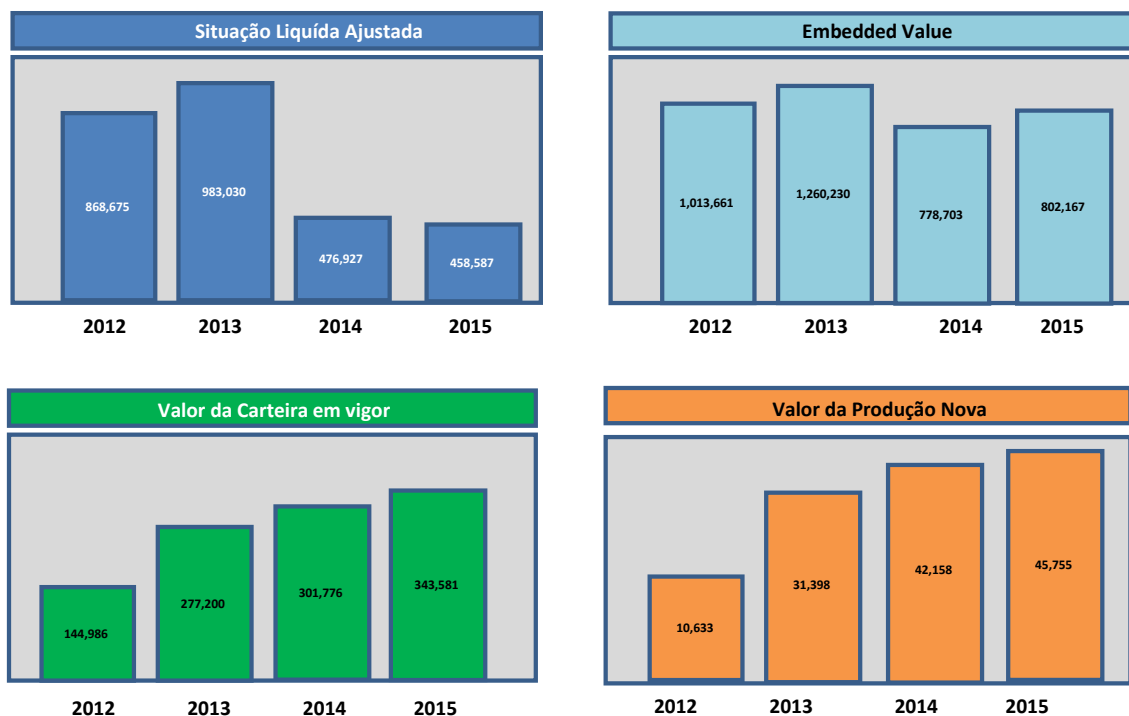
No que diz respeito aos pressupostos não económicos, o impacto positivo resultante das alterações nas taxas de mortalidade e inflação não foi suficiente para compensar o impacto negativo originado pelo aumento dos custos unitários, pelas alterações no carteira de ativos, pela redução das taxas de resgate e pela diminuição das margens resultantes das contas de participação nos resultados dos produtos de capitalização.

Ao contrário do verificado no ano anterior, os movimentos positivos registados nas valias potenciais da carteira de obrigações não foram suficientes para cobrir a performance negativa dos fundos imobiliários e das ações.

A performance da carteira em vigor reflete, não só o resultado esperado no ano em análise, mas também um resultado adicional proveniente dos riscos implícitos ao nível da modelização, cuja explicação reside maioritariamente na diferença entre o montante dos cupões das obrigações em carteira numa ótica “risk neutral” e segundo a melhor estimativa.

A tendência crescente do valor associado à produção nova foi mais uma vez reforçada em 2015 e, se expressa como uma percentagem dos prémios anuais equivalentes, continua relativamente estável, tendo passado de 30,9% para 28,9%, refletindo as decisões de gestão em termos de desenvolvimento de produtos. O movimento positivo do valor é explicado pelo efeito combinado de: aumento do volume de prémios em vida risco e *unit linked*, recuperação das margens das rendas vitalícias e diminuição da margem dos produtos de capitalização.

Evolução do Embedded Value (Milhares de Euros)



Os pressupostos assumidos para a mortalidade, resgates, anulações e suspensões de prémios resultam dos estudos efetuados pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. tendo por base os dados reais da sua carteira de apólices. As despesas de gestão atribuíveis à função vida, baseadas na experiência recente, foram divididas entre aquisição (produção nova) e manutenção (carteira em vigor), as despesas consideradas como extraordinárias e, portanto, excecionais, foram identificadas uma a uma, não tendo sido incluídas no cálculo dos custos unitários.

Assumiu-se que os métodos e bases utilizadas no cálculo das reservas matemáticas, da participação nos resultados e de outros benefícios previstos nas apólices permanecerão inalterados, assumiu-se ainda que a atual legislação e taxa de imposto permanecerão inalteradas.

Principais pressupostos económicos

2015				2014			
Curva de taxa de juro		Sem Risco + 0.22% *		Sem risco + 0.20% *			
	1 yr	0.06%		1 yr	0.25%		
	5 yr	0.45%		5 yr	0.45%		
	10 yr	1.14%		10 yr	0.91%		
	20 yr	1.75%		20 yr	1.27%		
Volatilidade							
	Ações	24.2%		Ações	22.4%		
	Imobiliário	2.9%		Imobiliário	2.16%		
Inflação		1.12% **		1.40% **			
Taxa de Imposto		29.5%		29.5%			

* Estes ajustamentos de 19bp e de 20bp à curva swap foram baseados em dados disponíveis

** A taxa de inflação baseia-se numa curva swap específica, acrescida dum ajustamento tipo "spread"; é indicada a taxa de inflação para o 5º ano

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e refletem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos do Grupo são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Investimentos a deter até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado, líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, quando disponíveis. No caso de estas não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

Os ativos e passivos financeiros do Grupo registados ao custo amortizado são como segue:

		<i>Eur</i>			
		2015		2014	
Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	193.466.192	193.466.192	127.968.084	127.968.084
Aplicações em instituições de crédito	1	350.109.822	350.109.822	497.141.340	497.141.340
Investimentos detidos até à maturidade	1	489.229.554	375.710.216	585.094.229	445.557.286
Investimentos detidos até à maturidade	2	81.035.153	77.121.358	92.669.733	85.663.545
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	6.591.847	6.591.847	35.908.082	35.908.082
		<u>1.120.432.568</u>	<u>1.002.999.435</u>	<u>1.338.781.468</u>	<u>1.192.238.337</u>
Passivos subordinados	3	114.852.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	3	8.447.203	8.447.203	7.493.160	7.493.160
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	77.838.615	77.838.615	73.590.793	73.590.793
		<u>201.137.818</u>	<u>206.285.818</u>	<u>201.083.953</u>	<u>201.083.953</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 37 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pelas Companhias e contra as mesmas, as quais estão relacionadas com o decurso normal da sua atividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 o total de garantias bancárias era de Euro 85.000 (2014: Euro 92.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	<i>Eur</i>			
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	44.589	89.659	148.982	283.230

Nota 38 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas são analisadas como segue:

Demonstração dos resultados	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Dividendos	4.000.000	337.000.000
Juros e outros proveitos similares	6.681.897	1.024.504
Total de proveitos	10.681.897	338.024.504
Total de custos	(6.037.551)	(654.329)
Resultado líquido do exercício	4.644.346	337.370.175
Balanço		
	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	889.953.125	889.953.125
Outros investimentos	21.486.815	75.189.298
Outros ativos	121.210.512	122.408.016
Total de ativos	1.032.650.452	1.087.550.439
Capitais próprios	911.681.755	967.135.755
Empréstimos subordinados	120.000.000	120.000.000
Outros passivos	968.697	414.684
Total passivos	120.968.697	120.414.684
Total capitais próprios e passivos	1.032.650.452	1.087.550.439

Em 23 de junho de 2014, na sequência de uma deliberação do Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas, o Grupo distribuiu aos seus accionistas, na forma de um dividendo em espécie, a totalidade das suas ações na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e na Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, ambas integralmente detidas.

Ainda em junho de 2014, no sentido de otimizar a gestão de capital, a Millenniumbcp Ageas reduziu o capital social no montante de Euro 225.000.000.

Em Março de 2015, a Millenniumbcp Ageas pagou Euro 60.000.000 de dividendos aos seus accionistas.

De acordo com um contrato celebrado em 5 de dezembro 2014, os accionistas concederam um empréstimo subordinado à Millenniumbcp Ageas (Ageas (51%) e o Millenniumbcp (49%)), no valor de Euro 120.000.000. Este empréstimo foi igualmente concedido no âmbito das medidas de gestão de capital implementadas pela Sociedade. Na mesma data, a Millenniumbcp Ageas concedeu um empréstimo subordinado à sua subsidiária Ocidental Vida, pelo mesmo montante, prazo e remuneração.

Nota 39 – Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor, e que O Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB emitiu esta interpretação em 20 de Maio de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxa (“levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3 a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos numa base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

O Grupo não registou qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado destas melhorias.

O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades ligadas aos serviços, exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“*vesting*”)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição” (“*vesting*”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou a pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juízo, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco), que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos, e ao mesmo tempo, que as demonstrações financeiras intercalares.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB emitiu em 12 de Agosto de 2014 alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

O Grupo anda não tomou uma decisão quanto à possibilidade de adoção desta opção nas suas demonstrações financeiras separadas.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para O Grupo

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado; justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI); e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo seja deter o ativo com vista a receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos dos seus fluxos de caixa dêem lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “a deter até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificado o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes

O IASB emitiu em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rêdito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Grupo não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrente da adoção desta norma.

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável ao Grupo.

IFRS 16 - Locações

O IASB emitiu em 13 de Janeiro de 2016 a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Grupo ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.